

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) LEONARDO SOBRAL GARCIA DA SILVA

A CHINA E A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

A participação da China nas Operações de Paz da ONU (2003-2020), sob o enfoque das
Teorias da Paz de Galtung.

Rio de Janeiro

2021

CC (FN) LEONARDO SOBRAL GARCIA DA SILVA

A CHINA E A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

A participação da China nas Operações de Paz da ONU (2003-2020), sob o enfoque das
Teorias da Paz de Galtung.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CF (RM-1) Marcos Valle Machado
da Silva

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2021

Dedico este trabalho a toda minha família, que mesmo afastada fisicamente por diversas razões, sempre esteve presente de outras formas para me motivar. Em especial à minha amorosa filha Lavínia, que com apenas um sorriso consegue transformar os meus mares revoltos de incertezas em portos seguros a serem alcançados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, pela saúde física e mental que sempre me proporcionou acreditar nos meus objetivos.

Ao meu irmão gêmeo Dimitri por suas reflexões que sempre forçaram a me aprimorar.

Aos amigos da turma Maximiano da Fonseca, a todos os amigos da Turma C-EMOS 2021, e a todas as pessoas que fazem parte diretamente da minha vida, seja em que continente estiverem, os agradeço pelo compartilhamento de experiências e conhecimentos que contribuíram para este trabalho.

A todos os instrutores da Escola de Guerra Naval que ajudaram a sedimentar os aprendizados necessários para o meu crescimento pessoal e intelectual no transcorrer do curso.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata (RM-1) Marcos Valle Machado da Silva, por suas observações pontuais e concisas, que foram fundamentais para a concretização desta formação.

RESUMO

Desde a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, até o término da Guerra Fria, em 1989, foi estabelecido um padrão de intervenção, traduzido em missões tradicionais da ONU, ou seja, a interposição de tropas em meio às partes beligerantes. Na década de 1990, por sua vez, os conflitos intraestatais recrudesceram, principalmente, em nome de disputas internas em busca de poder. Esses combates, em alguns casos, foram potencializados, em consequência de menor interferência de Estados-tutores em governos locais. Em alguns países africanos, as causas estruturais e culturais da violência formam a base de um triângulo que culmina com o vértice de violência aterradora e preocupante na sua forma direta. O sociólogo norueguês Johan Galtung (1930-), um dos pioneiros em pesquisas sobre conflitos e construção da paz, aponta caminhos teóricos para que seja possível compreender a relação entre as causas da violência com o intuito de promover a paz. As missões da ONU , desde os anos 2000, ganharam relevância e contundência, além de caráter mais complexo, notadamente com o intuito de combater a violência em suas causas estruturais. A China, nesse contexto, que se manteve afastada da ONU até a década de 1970, e com participação discreta até os anos 2000, aumenta, significativamente, a atuação de tropas em operações de paz. O propósito desta pesquisa, então, é estabelecer correlações entre a teoria de paz de Galtung com a participação chinesa na ONU, de 2003 a 2020, e, assim, compreender os interesses que levaram a China a concentrar a maior parte dos seus capacetes azuis no continente africano, mudando a dinâmica da “geopolítica das operações de paz”.

Palavras-chave: Operações de paz da ONU; Johan Galtung; Construção da Paz. Confronto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O “Triângulo da Violência” de Galtung.....	19
Figura 2 - Contribuição de Tropas da China para ONU, 2000-2020.....	29
Gráfico 1 - Contribuição com Tropas da ONU Detalhadas por Países	65
Tabela 1 - Contribuição com Tropas da China Detalhadas por Missões - Parte 1	63
Tabela 2 - Contribuição com Tropas da China Detalhadas por Missões - Parte 2	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSF -	Comprehensive Security Forces
DPO -	<i>Department of Peace Operations</i>
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA -	Estados Unidos da América
PLA -	<i>People`s Liberation Army</i>
UNHQ -	<i>United Nations Headquarter</i>
SRSG -	<i>Special Representative of Secretary General</i>
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC -	Partido Comunista Chinês
FOCAC-	Fórum de Cooperação China-África
UNPKOs-	<i>United Nations Peacekeeping Operations</i>
TCC -	<i>Troops Contribute Countries</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 A História das Operações de Paz	12
2.2 Análises da construção da paz por Galtung	14
2.2.1 A Teoria da Paz de Galtung	14
2.2.2 O Conceito inicial de <i>Peacebuilding</i>	16
2.2.3 A Violência Cultural	18
2.3.4 Missões Tradicionais X Missões Multidimensionais	20
2.4 A consolidação do instrumento da paz <i>Peacebuilding</i>	21
3 A CHINA EM OPERAÇÕES DE PAZ NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI	24
3.1 Os princípios adotados pela China	24
3.2 Principais Documentos, Acordos e Visitas	27
3.3 As diferentes formas de participação nas Operações de Paz	30
3.3.1 As Tropas de Apoio	30
3.3.2 As Tropas de Combate	31
3.3.3 As missões individuais e os cargos-chave na ONU	33
3.3.4 Os investimentos em fundos	34
4 A CHINA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NA ÁFRICA	37
4.1 Os Interesses Econômicos no Sudão	37
4.2 A questão étnica no Mali	39
4.3 Cargos-chave na ONU e a contribuição financeira	42
4.4 As relações da China com os conflitos na África	45
5 CONCLUSÃO.....	51

REFERÊNCIAS55
ANEXOS63

1 INTRODUÇÃO

Durante a grande parada militar do exército chinês (PLAN)¹, realizada em 1º de outubro de 2019, por ocasião dos 70 anos da fundação da República Popular da China (RPC), a despeito da demonstração de poderio militar, o destaque ficou por conta da tropa de militares “boinas azuis”, que, pela primeira vez, esteve em evidência nesse tipo de evento. A distinção a esses militares pode ser compreendida como uma mensagem que o governo de Pequim quis passar por meio das imagens que seriam veiculadas ao mundo. O desenvolvimento desta pesquisa, a propósito, visa contribuir, também, para solidificar a compreensão de mensagens subliminares.

No período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-45) ocorreram movimentos de emancipação em todo mundo, quase sempre proporcionados pela autodeterminação dos povos, prescrita no Artigo 2º da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU)². O surgimento de novos Estados no continente africano, por sua vez, principalmente a partir da década de 1960, potencializou tensões, em disputas internas e regionais. A ONU, de forma a intervir diretamente nesse ambiente instável, aumentou sua presença na África por meio das Operações de Paz³ (OpPaz).

O fim da Guerra Fria (1947-1989) e a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como potência hegemônica no sistema internacional unipolar contribuíram decisivamente para que algumas grandes potências deixassem de atuar como tutores de Estados africanos. Aumentaram, pois, em consequência dessa ausência, as disputas internas entre grupos locais em busca de poder. Essa realidade subvertida por reincidentes crises internas afastou investimentos, principalmente na região da África subsaariana.

¹ *People's Liberation Army*.

² UNITED NATIONS, 1945.

³ Para esta pesquisa todas as formas de missões desdobradas pela ONU serão consideradas com o termo mais abrangente OpPaz, em virtude de atender à profundidade da análise adotada (Nota do Autor).

A China, paralelamente a esse contexto, registrava desenvolvimento econômico expressivo desde as reformas implantadas por Deng Xiaoping, iniciadas em 1978, por meio da implantação da política das quatro modernizações⁴. Nos anos 1990, a China encontrou no continente africano uma oportunidade de expandir investimentos e, ao mesmo tempo, atender à sua crescente demanda por recursos naturais e *commodities*.

As relações comerciais e econômicas sino-africanas obtiveram, então, crescimento significativo, uma vez que a China buscou estabelecer relações pontuais com os países que atendessem aos seus interesses. Diante desse novo cenário, a estabilidade e a segurança no continente africano passaram a ser de grande interesse para os chineses, justamente em razão da expansão nas relações econômicas nessa região. Uma das formas encontradas por Pequim para buscar a estabilidade e segurança na África foi por meio das OpPaz.

A China, em agosto de 2020, divulgou o livro branco sobre as operações de paz da ONU. Evidenciou-se, na publicação, o detalhamento de atuação de tropas chinesas, nas décadas mais recentes, no continente africano, onde hoje acontecem seis das doze OpPaz⁵ mais importantes.

O objetivo desta narrativa acadêmica, diante desse contexto, é evidenciar e analisar o aumento da participação de tropas chinesas nas OpPaz, de 2003 a 2020, sob a fundamentação teórica acerca de conceitos de Johan Galtung (1930 -), sociólogo norueguês e principal criador da disciplina de estudos sobre paz e conflitos.

Optou-se, assim, por analisar essa realidade sob a perspectiva da teoria correspondente, a fim de constatar se essa participação em OpPaz significa aderência ao modelo teórico de Galtung, e, dessa maneira, identificar, nesse período, quais foram os interesses da China em participar de OpPaz no continente africano.

Este estudo, em nome de propósitos mensurados, será estruturado em cinco

⁴ Consistia numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo, abarcando quatro esferas a modernizar: indústria, agricultura, forças armadas e ciência e tecnologia (...) (VISENTINI, 2010, p. 94).

⁵ Neste contexto foram contabilizadas as missões de manutenção da paz ou *peacekeeping operations* (UNPKO).

capítulos. Apresentou-se, na presente introdução, o contexto histórico que justificou o aumento na participação dos capacetes azuis chineses em solo africano. O segundo capítulo, no entanto, dedica-se a conceitos teóricos de Galtung, tais quais o da paz e pesquisa para paz, da construção da paz e da violência cultural, que servirão de referencial teórico para comparar e explicar o aumento da presença chinesa em OpPaz na África.

Evidencia-se, no terceiro capítulo, a evolução do entendimento da China sobre conceitos de não intervenção, e, posteriormente, a participação chinesa nas principais OpPaz na África. Destaque-se, ademais, a maneira como a China adaptou-se a determinados conceitos em atendimento a interesses estratégicos.

Detalha-se, no quarto capítulo, a participação nas OpPaz com exemplos das atuações em zonas de conflito no Mali e no Sudão, assim como o denotado interesse por ocupar cargos-chave na ONU e, ainda, as devidas correlações com as teorias de paz de Galtung.

Realiza-se, no quinto capítulo, as considerações finais fundamentadas em conclusões, nas quais será possível responder à pergunta-chave desta pesquisa sobre quais são os interesses da China em relação ao aumento dela na participação em OpPaz. Destaca-se, ainda, a relevância dessas conclusões para a devida compreensão sobre os próximos movimentos relativos às OpPaz e a consequência delas ao desenvolvimento das relações internacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste segundo capítulo serão apresentados os conceitos que servirão de base para compreensão da pesquisa proposta. Serão abordados, inicialmente, os principais aspectos relativos à evolução das OpPaz, com ênfase a mudanças sensíveis na condução dessas operações após o fim da Guerra Fria.

Serão apresentados, a seguir, os estudos de Johan Galtung (1930-) sobre a construção da paz⁶, com a devida demonstração de importância para o aprimoramento das OpPaz, por meio de abordagens mais amplas e profundas que poderiam contribuir para instaurar estabilidade duradoura em regiões de conflitos. Esse modelo auxiliará a compreender de que modo aconteceu a evolução da participação chinesa nas OpPaz no continente africano, no período de 2003 a 2020, e, dessa forma, contribuirá para identificar os principais interesses da China na região.

2.1 A História das Operações de Paz

Ao longo dos últimos séculos houve tentativas de nações europeias para solidificar o estado de paz entre Estados. A realização do Congresso de Viena, entre 1814 e 1815) foi um desses exemplos. A Liga das Nações, no entanto, foi o primeiro sistema organizado e significativo para preservar a paz surgido após os horrores da Primeira Guerra Mundial (1914-18). A Liga era “filha” do presidente norte-americano Woodrow Wilson, porém, após algum tempo, constituiu-se em mais uma tentativa frustrada de manter a paz

⁶ *Peacebuilding*. Nesta pesquisa alguns termos consagrados serão mantidos no idioma inglês de forma a facilitar a compreensão, tendo em vista que o português ainda não é considerado com um dos idiomas oficiais da ONU. Os idiomas oficiais da ONU são: inglês, francês, árabe, espanhol, russo e chinês. Disponível em: www.un.org. Acesso em: 10 jul. 2021.

internacional em nome da segurança coletiva. Criou-se a ONU, finalmente, após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (IIGM) (UNITED NATIONS, 2008).

A ONU foi criada, entre outros motivos, para salvar as gerações futuras dos flagelos da guerra, para reafirmar a fé em direitos humanos e promover o desenvolvimento, com o propósito principal de manter a paz e a segurança internacionais. Seria necessária, portanto, a combinação de esforços entre povos com ênfase na tolerância e no respeito a diversidades (UNITED NATIONS, 1945).

Um dos maiores diferenciais dessa nova Organização foi instituir um instrumento de coerção por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que seria constituído por cinco representantes das potências aliadas vencedoras da IIGM: EUA, ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), Reino Unido, França e a República da China (Taiwan⁷).

Esses cinco países vencedores foram estabelecidos como membros permanentes do CSNU, que também conta com a participação de outros dez países-membros temporários, divididos por representantes de todos os continentes, e que se revezam a cada dois anos. Apenas os membros permanentes, entretanto, dispõem de poder de veto, instrumento institucional que os concede intervir diretamente em decisões do CSNU, até mesmo sobre a criação de uma OpPaz (UNITED NATIONS, 1945).

É interessante notar que no sistema internacional bipolarizado entre EUA e a ex-URSS houve a predominância de conflitos armados interestatais. Essa realidade, pois, limitou o CSNU a implementar missões de paz tradicionais, nas quais as principais tarefas eram observar e reportar violações de acordos de paz, por meio de tropas interpostas às partes beligerantes. Após o término da Guerra Fria, no entanto, o CSNU ganhou maior relevância, condição que a propiciou autorizar o desdobramento de diversas OpPaz, em consequência,

⁷ A República Popular da China (RPC) foi reconhecida como membro permanente do CSNU, em substituição a Taiwan apenas em 1971.

principalmente, de instabilidades interpostas desde a queda do regime socialista soviético.

2.2 Análises da construção da paz por Galtung

Esta seção apresenta os estudos do renomado pesquisador Johan Galtung, que por meio do artigo *Violence, Peace and Peace Research* (1969) apresentou os conceitos de paz negativa e paz positiva que serão detalhados em seguida. Galtung, de forma geral, afirmou que para combater a violência seria necessária a ação conjunta entre as duas dimensões percebidas, a direta e a indireta, ou seja, uma relacionada à violência pessoal, que é facilmente percebida, e a outra à questão estrutural, respectivamente.

Em seu trabalho *Three approaches to Peace: peacekeeping, peacemaking, peacebuilding* (1976), o pesquisador apresenta novos conceitos, dentre eles o *peacebuilding*, capaz de ampliar o conceito de paz positiva, que está vinculado a causas do problema, e apontar direções ao enfrentamento da violência na origem estrutural. Na obra *Cultural Violence* (1990), por sua vez, a cultura foi abordada como um terceiro componente para compreender de forma mais ampla toda a questão da violência (GALTUNG, 1990).

2.2.1 A Teoria da Paz de Galtung

Para compreender a construção da paz, sob a perspectiva de Galtung (1969), é possível afirmar que a “paz” é caracterizada pela ausência da “violência” e, por essa razão, não haveria um conflito. Compreende-se, assim, nesse contexto, a prevalência com a investigação sobre causas dessa violência e maneiras de minimizá-las, em vez de evidenciá-la e defini-la (GALTUNG, 1969).

Identificar as origens da violência não é tarefa simples. As causas, muitas vezes, estão correlacionadas. Essa característica, portanto, constitui-se desafiadora para estudiosos do tema. Diz-se, resumidamente, que por meio de melhor compreensão da violência é possível alcançar-se a paz. A definição a ser considerada, no entanto, contempla a ideia de que a paz seria uma região da ordem social onde a violência não estaria presente (GALTUNG, 1969).

Segundo Galtung (1969), a violência direta está ligada à violência pessoal. Essa violência é mais objetiva e, normalmente, mais perceptível, pois está relacionada a um sujeito, que pode ser um indivíduo ou um grupo social antagônico, por exemplo, um bandido, um grupo armado ou um exército (GALTUNG, 1969).

Ao sujeito mencionado corresponde um tipo de ação, que pode ser perpetrada por meio de emprego de força física ou psicológica, com potencial de causar danos à outra parte, que variam, por exemplo, de um sofrimento por doença, por ferimento, por dano moral ou até mesmo por morte (GALTUNG, 1969).

A violência indireta ou estrutural, estática e silenciosa, por sua vez, está relacionada às causas da violência direta. Ela também pode ser física ou psicológica, como no exemplo da restrição de movimentos ou de recursos a um determinado grupo, com potencial de causar fome ou falta de atendimento médico. Poderá manifestar-se, ainda, por exemplo, ao limitar o acesso à educação com a imposição do analfabetismo, mácula social, assim, capaz de impor restrições, cercear potencialidades e impedir que seres humanos possam agir de maneira organizada, em nome, por exemplo, do direito a votar contra determinado grupo dominante (GALTUNG, 1969).

Com relação às OpPaz, a ausência da violência direta significa que existe uma situação de violência ainda latente, na qual, embora as partes beligerantes não estejam em conflito, a situação apresenta possibilidade de mudança repentina.

Os tipos de violência corroboram com a assertiva de que elas estarão sempre correlacionadas, tal qual acontece durante uma guerra. Nela, a violência direta é constatada por meio de ferimentos e mortes, enquanto a violência indireta estaria presente no desvio de recursos para os esforços construtivos, impedindo que as pessoas possam utilizar seu potencial de maneira construtiva (GALTUNG, 1969).

Galtung (1969), então, apresenta o conceito de paz negativa e paz positiva. A primeira está relacionada à ausência da violência pessoal, ou seja, a violência direta, constituindo-se, portanto, em conceito mais restrito, uma vez que não leva a uma condição favorável por si só, pois apenas não se percebe a violência em forma de ação (GALTUNG, 1969).

A paz positiva, por seu turno, está associada à ausência da violência estrutural, ou seja, a violência indireta, que seria caracterizada, por exemplo, por uma distribuição de recursos e poderes entre pessoas ou grupos sociais, com potencial de gerar condição favorável ao desenvolvimento (GALTUNG, 1969).

A paz positiva estará presente, assim, onde houver desenvolvimento vertical, condição que permitirá a todos desfrutar potencialidades e capacidades. Afirma-se, pois, sob essa perspectiva, que o conceito de paz está associado ao desenvolvimento econômico. Significa que onde existirem grandes desigualdades sociais, aliadas ao desenvolvimento econômico irrelevante, o conflito estará presente por meio da violência direta.

2.2.2 O Conceito inicial de *Peacebuilding*

Em seu artigo *Three Approaches to Peace: peacekeeping, peacemaking, peacebuilding*, Galtung (1976) apresenta três instrumentos distintos para promover a paz.

Esses instrumentos são caracterizados em relação a tipos de conflitos, interestatais ou intraestatais, ou também em relação a uma determinada crise que anteceda à violência direta. O mais importante, pois, é identificar a abordagem correta para cada tipo de situação (GALTUNG, 1976).

O primeiro instrumento é a manutenção da paz ou *peacekeeping*, ou seja, ele está presente onde existe uma crise entre as partes, pois embora não exista o conflito direto configurado em violência pessoal, enuncia-se situação latente que pode explodir a qualquer momento, como um “*barril de pólvora*”. O interesse, nesse instrumento, recai sobre exércitos beligerantes, uma vez que existem duas partes interessadas em uma região em disputa. Uma terceira parte, nesse caso, se interpõe de modo que as partes em conflito respeitem um acordo de paz estabelecido e evitem o retorno à situação anterior. Essa situação caracteriza um conflito horizontal⁸ (GALTUNG, 1976).

O segundo instrumento é a resolução de conflito ou *peacemaking*. O propósito, aqui, é eliminar divergências entre as partes, permitindo que se estabeleça acordo, que possa ser produtivo para ambas, e anular a violência que existe na forma direta. Uma terceira parte é estabelecida como mediadora e arbitrará os termos e compromissos do acordo a ser respeitado pelas partes antagônicas (GALTUNG, 1976).

Segundo Galtung (1976), o terceiro instrumento é a construção da paz ou *peacebuilding*. O enfoque, agora, refere-se a causas do conflito, ou seja, ele deve encontrar soluções para combater a violência estrutural que ainda existe após o término de um conflito intraestatal, ou seja, o conflito vertical⁹. São estabelecidas, por meio do instrumento *peacebuilding*, relações mais horizontais, diferentemente das relações verticais entre dominantes e dominados, com o pressuposto de criar oportunidades a todos e evitar o

⁸ O conflito horizontal em nosso estudo é caracterizado por duas partes com forças armadas convencionais e relativamente equivalentes, ou seja, um conflito interestatal (GALTUNG, 1976).

⁹ O conflito vertical é o percebido de baixo para cima na estrutura de uma sociedade, onde uma das partes irá se fazer da guerra assimétrica devido à desproporcionalidade de forças, ou seja, um conflito interno ou intraestatal (GALTUNG, 1976, *ibidem*).

recrudescimento de hostilidades (GALTUNG, 1976).

Ressalte-se, então, após o detalhamento dos três instrumentos para promoção da paz, que o *peacebuilding* é essencial para compreender melhor os conflitos intraestatais, uma vez que esse mecanismo busca soluções na origem dos problemas. Esse preceito foi aperfeiçoado a partir da década de 1990, em consequência do aumento significativo de conflitos verticais, ou seja, conflitos internos ou intraestatais.

Com relação a instrumentos para promoção da paz, no entender de Faganello (2013), eles se complementam. A autora os correlaciona de forma objetiva:

Nessas operações, o emprego de um instrumento da paz é requisito para o sucesso do outro. Os *peacemakers*, por exemplo, são responsáveis pelo acordo de paz necessário para a missão dos *peacekeepers* manter um ambiente seguro, o qual é ponto de partida para os esforços dos *peacebuilders* em estabelecer um ambiente pacífico autossustentável e duradouro (FAGANELLO, 2013, p. 49).

2.2.3 A Violência Cultural

Galtung (1990) defende, em relação à “violência cultural” e em complemento ao conceito de “violência estrutural” desenvolvido duas décadas antes, que ela é compreendida como qualquer aspecto da cultura que possa legitimar a violência em sua forma direta ou indireta (GALTUNG, 1990).

O autor, ao relacionar os três tipos de violência, portanto, estabelece comparação com os vértices de um triângulo, em que os dois vértices da base desse triângulo seriam as causas ou a legitimação do vértice oposto, por exemplo, com a violência estrutural e a violência cultural que estão localizadas na base do triângulo, contribuindo para a intensificação da violência direta no topo.



Figura 1 – O “Triângulo da Violência” de Galtung

Fonte: (PALHARES; SCHWARTZ, 2015).

A despeito dessas analogias, no entanto, elas também possuem relações diferentes no tempo em que se sucedem, a violência direta relacionada a um evento, a violência estrutural a um processo com altos e baixos e a violência cultural como invariável, fundamentalmente em razão do longo tempo previsto para mudar uma cultura. Exemplifica-se com a analogia do terremoto, na qual a destruição perceptível é um evento, os movimentos das placas tectônicas aludem ao processo e a falha geológica é a condição permanente (GALTUNG, 1990).

Pode-se citar, como exemplo de violência cultural, a imposição de determinada religião, de um idioma ou de peculiaridades étnicas. Quanto à religião, pois, sublinhe-se a divisão, no Sudão, com predominância islâmica, e o Sudão do Sul, formado por maioria cristã. Com relação às diferenças étnicas, por sua vez, destaque-se o exemplo de rebeliões dos tuaregues¹⁰ na região norte do Mali. Segundo Galtung (1990), a tentativa dos chineses de fazer prevalecer a cultura deles para transformar traços culturais dos uigures, por exemplo, ao impor o idioma e diversos costumes também pode ser considerada violência cultural (GALTUNG, 1990).

Outro exemplo de violência cultural é a ciência empírica. De um lado por exemplo, há um Estado sem recursos tecnológicos que deveria explorar seus recursos

¹⁰ Grupo étnico berbere de povos nômades que habitam a região central e leste do Saara (DICIONÁRIO..., [s.d]).

naturais, enquanto os Estados desenvolvidos permanecem com os meios de produção. Nesse caso, identifica-se uma divisão do mundo segundo o nível de desenvolvimento de países e isso seria um tipo de violência cultural relacionada à economia (GALTUNG, 1990).

Verifica-se, portanto, que, em nível de percepção, a violência cultural é ainda mais subjetiva que a violência estrutural. Ela pode, dessa forma, estar associada à violência direta ou indireta sem que seja percebida.

2.3.4 Missões Tradicionais X Missões Multidimensionais

A composição de cada OpPaz depende do mandato aprovado pelo CSNU, de acordo com os objetivos previstos para a região do conflito. As OpPaz se dividem em missões tradicionais ou multidimensionais. Constatou-se, em três décadas, a predominância de missões multidimensionais em relação às tradicionais (UNITED NATIONS, 2012).

O comando de uma OpPaz é delegado a um representante especial do secretário geral (SRSG¹¹) que permanece na região. Já o controle e o apoio a todas as OpPaz é realizado pelo Departamento de Operações de Paz (DPO)¹², por intermédio do seu chefe¹³, na sede da ONU, em Nova Iorque (UNHQ¹⁴) (UNITED NATIONS, 2012).

Embora ainda existam missões tradicionais no continente africano como a UNISFA¹⁵ na região de Abyei, entre o Sudão e o Sudão do Sul, e a MINURSO¹⁶, na região entre o Saara Ocidental e o Marrocos, as outras quatro missões são multidimensionais e contam com os quatro maiores efetivos de pessoal da ONU (Gráfico 2).

¹¹ *Special representative of secretary general.*

¹² *Department of Peace Operations, (DPO).*

¹³ *Under-Secretary-General for Peace Operation;*

¹⁴ *United Nations Headquarter.*

¹⁵ *United Nations Interim Security Force for Abyei (UNISFA).*

¹⁶ UNITED NATIONS. Peacekeeping. **Minurso fact sheet:** mission for the referendum in western Sahara. [s. d.]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minurso>. Acesso em: 20 jul. 2021.

As missões tradicionais são compostas em grande parte por efetivos militares, em razão de que a tarefa principal é promover segurança e monitorar a violência direta entre as partes em confronto. O cargo de chefe da missão *Head of the Mission* (HoM) ou SRSG normalmente é ocupado por um militar, com a indicação de um oficial general do exército de um país contribuinte com tropas (TCC)¹⁷ (UNITED NATIONS, 2017a, 2017b).

Nas missões multidimensionais, ou missões robustas, normalmente o efetivo é maior do que em missões tradicionais. Elas contam, portanto, com expressiva participação de civis e policiais, além de militares e, normalmente, são divididas em componentes militar, policial e civil, que também pode ser chamado de componente substantivo, pois realiza as tarefas principais do mandato (UNITED NATIONS, 2017a, 2017b).

O componente civil é formado por diversas agências que trabalham em prol dos objetivos políticos e econômicos de longo prazo previstos nos acordos de paz ou nos mandatos. Os componentes militar e policial assumem como tarefa de apoio ao componente civil, de modo a manter o ambiente seguro e estável para a atuação de agências civis e ONGs. Habitualmente o HoM/SRSG é um civil de carreira diplomática e responde diretamente ao UNHQ (UNITED NATIONS, 2017a, 2017b).

2.4 A consolidação do instrumento da paz *Peacebuilding*

Em 2005, a ONU criou uma comissão destinada ao *peacebuilding*, na qual foi constatado que aproximadamente 50% dos países que tiveram uma OpPaz voltaram a ter conflito após o término delas. Isso ocorreu em consequência da falta de coordenações efetivas entre componentes, de baixo financiamento para realização dessas atividades, e de ausência

¹⁷ *Troops Contribute Country.*

de comprometimento sustentável com projetos (XUEJUN, 2018).

Essas reformas, chamadas de Peace Operations 2010, foram iniciadas por meio de estudos a fim de melhorar as formas de planejar, gerenciar e conduzir as OpPaz, que estavam cada vez maiores e mais complexas. Esses estudos foram consolidados em 2008 por meio da Doutrina Capstone, que, entre as principais contribuições, incluiu o segmento de direitos humanos como parte integrante nos mandatos das OpPaz. A doutrina estabeleceu, ainda, o direito internacional dos direitos humanos (DIDH) em todas as normas e adotou a declaração universal dos direitos humanos como referência (FAGANELLO, 2013).

O destaque aos direitos humanos pode estar diretamente relacionado ao aumento da presença chinesa nas OpPaz, conforme será tratado no próximo capítulo.

Constatou-se, então, nos primeiros anos após o fim de conflitos, a necessidade de esforços conjuntos a fim de priorizar objetivos prementes, a saber: o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, o desenvolvimento de credibilidade no processo político e o desenvolvimento da capacidade de o Estado reconstruir-se (UNITED NATIONS, 2010).

Houve reformulações, portanto, em consequência dessas observações, nos mandatos de OpPaz, entre elas o aumento da participação de tropas de apoio para atuação em atividades de melhorias na infraestrutura de regiões em conflito. O orçamento das OpPaz, aproximadamente de um bilhão e meio de dólares no início dos anos 2000, alcançou, praticamente, oito bilhões de dólares em 2017.¹⁸

As principais atividades de *peacebuilding* que estão presentes nos mandatos das OpPaz são: prover segurança e proteção de civis, desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) e a reforma do setor de segurança (SSR); o apoio a processos políticos; apoio à restauração da autoridade estatal por intermédio de serviços administrativos e de serviços essenciais à população, como saúde, saneamento e educação, além de apoio ao

¹⁸ (UNITED NATIONS, 2000, 2016).

retorno de deslocados internos e refugiados; e auxílio à reestruturação econômica (UNITED NATIONS, 2017a, 2017b).

A confirmação da tendência de continuidade de problemas sociais e da reincidência de ambiente de violência, na forma direta, em regiões de conflito foi determinante para a consolidação do instrumento *peacebuilding* nas OpPaz. As tarefas nos mandatos foram sendo aperfeiçoadas e adaptadas para cada tipo de missão, não obstante o intuito das OpPaz serem fundamentadas no auxílio à reconstrução pós-conflito.

Depreende-se, assim, que no período pós-Guerra Fria houve mudanças nas concepções das OpPaz, que, dessa maneira, passaram a adotar o instrumento para promoção da paz denominado *peacebuilding*. E que a estrutura contundente dessas OpPaz se desdobram em uma série de atividades com o propósito de combater a violência em todas as suas formas, com atenção a causas estruturais e culturais de conflitos.

Esses conceitos permitirão compreender, então, os interesses e o aumento da participação chinesa em OpPaz. Será tratado, no próximo capítulo, o tema central deste estudo, ou seja, evidenciar o aumento da presença chinesa em OpPaz no continente africano.

3 A CHINA EM OPERAÇÕES DE PAZ NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

Este capítulo abordará a evolução da participação chinesa nas OpPaz, com destaque aos principais desdobramentos dessa realidade no continente africano. Serão apresentados, nesse contexto, os principais fatores que levaram a China a voltar atenção à África, em um momento de crise naquele continente, e como os capacetes azuis se tornaram uma alternativa viável, iniciando nos anos 1990 com apenas alguns observadores militares, e em menos de duas décadas se tornando o país-membro do CSNU com o maior efetivo desdobrado.

3.1 Os princípios adotados pela China

Desde a década de 1950, após o estabelecimento da República Popular da China (RPC), o país adotou o *princípio da não intervenção*, consolidado por meio dos *cinco princípios da coexistência pacífica*, um dos pilares da Conferência de Bandung, de 1955, que nortearam a diplomacia chinesa. Segundo Jamnejar; Wood (2009), esse conceito advém do instinto de autopreservação que acompanha os chineses desde o “século da humilhação”, expressão relativa às derrotas militares do século XIX, até os fracassos militares do século XX, incluindo o período da Guerra Fria, no qual os chineses temiam estar sujeitos à interferência das potências hegemônicas EUA e USSR em seus assuntos internos. A RPC, por tudo isso, decidiu manter-se afastada da ONU.

Essa postura inicial, notadamente marcada por não envolvimento direto em intervenções da ONU, particularmente na África, levaram a China a agir como ator externo a esse continente, sempre com a determinação em apoiar questões vinculadas ao

anticolonialismo. A China, entretanto, desde o início de desenvolvimento doméstico, proporcionado pelas reformas de 1978, aliado aos interesses estratégicos do Partido Comunista Chinês (PCC) em manter independência e sustentabilidade do regime socialista, decidiu rever sua postura.

A China, portanto, a partir das reformas realizadas por Deng Xiaoping, em 1978, demonstrou interesse cada vez maior em assuntos referentes à OpPaz. Fez isso, primeiro, por intermédio da participação de representantes civis, depois, com a inclusão de observadores militares¹⁹ no Oriente Médio e de observadores civis na África a partir dos anos 1990. Essa mudança de postura, pois, transformou o país em referência nas OpPaz, em nome da elevada contribuição de tropas em operações. A China aderiu, dessa maneira, ao compromisso permanente em cumprir obrigações concernentes à manutenção da paz mundial, justamente por ocupar posição relevante e desempenhar papel preponderante no Sistema Internacional (CHINA'S, 2020).

A China, então, adaptou conceitos e princípios de modo a atender a interesses por recursos disponíveis na África. Essa participação ativa e cada vez maior de tropas chinesas sob a liderança da ONU, no continente africano, não se constituiria, assim, em intervenção em “assuntos internos” de forma direta como a França agiu em relação ao Mali, sua ex-colônia, entre outras.

Os principais contingentes militares enviados atuavam em forças de apoio, por exemplo: Unidades médicas expedicionárias, Companhias de engenheiros militares, equipes de policiais, unidades de logística e de transporte.

Como podemos verificar por Xue Lei (2018).

“Nas últimas três décadas, a China mostrou uma grande mudança de atitude em relação às operações de manutenção da paz da ONU. No início, a China viu a

¹⁹ *Military Observers* (MilObs).

manutenção da paz como mais um instrumento usado pelas potências hegemônicas para legitimar e apoiar suas ações de expansão da esfera de influência e interferir nos assuntos internos de muitos países de pequeno e médio porte”²⁰ (XUE LEI, 2018, p. 92).

Segundo o livro branco chinês sobre OpPaz (2020), pode-se constatar que a China reconhece as OpPaz como instrumento fundamental para o desenvolvimento da paz mundial, e que essa postura começou em 1971, quando o país obteve assento permanente no CSNU, que significou, desde então, maior participação em assuntos internacionais (CHINA’S, 2020).

Como defende Xue Lei (2018), o aumento nas relações econômicas entre China e África no início do século XXI vem remodelando as relações internacionais. Observou-se, nesse contexto, acordos firmados por meio de investimentos diretos chineses *Foreign Direct Investment (FDI)* em diversos países africanos, que, por vezes, estiveram em risco devido a algumas instabilidades, a exemplo das crises na região de Darfur, em 2008.

A China, pois, redefiniu interesses nacionais ao incluir a política de assuntos externos como objetivo de segurança e desenvolvimento. Entre esses interesses estão: a proteção de cidadãos chineses, a manutenção de fontes de recursos energéticos e a segurança de linhas de comunicações marítimas.

A China, assim, durante todo esse processo, se tornou potência mundial, mudou sensivelmente a forma de atuar em assuntos de segurança global e em alguns conflitos internos. Pode-se afirmar que a participação nas OpPaz se constituiu na principal maneira de demonstrar aumento de influência no continente africano. Agiu assim, no entanto, com o cuidado de causar menos prejuízos aos princípios de *soberania e não intervenção* adotados pelos países. Reiterou, adicionalmente, que esse crescente interesse em assuntos de Paz e Segurança objetiva a manutenção da estabilidade na proporção direta de interesses comerciais

²⁰ No original: “In the past three decades, China has shown a great change in attitude toward UN peacekeeping operations. At the beginning, China viewed peacekeeping as another instrument used by hegemonic powers to legitimize and support their actions of expanding sphere of influence and interfering into domestic affairs of many small and medium-sized countries.”

e econômicos (XUE LEI, 2018).

Percebe-se que a China vem adotando postura pragmática em relação a seus investimentos em países africanos. Trata-se de oferecer diferentes formas de investimentos e financiamentos a nações que os demandam, sem exigir, no entanto, contrapartidas como o estabelecimento de regime político alinhado ao seu. Deve-se entender, entretanto, que existe o envio de recursos naturais e *commodities* como forma de pagamento, e a estabilidade na região é a principal condição para a manutenção desse desenvolvimento pacífico. As tropas militares chinesas desdobradas sob os auspícios da ONU, dessa maneira, se tornaram ativo essencial ao PLA.

3.2 Principais Documentos, Acordos e Visitas

O atual livro branco “*white papers*”, lançado em 18 de setembro de 2020, “*China’s Armed Forces: 30 Years of UN Peacekeeping Operations*”, reitera a promessa feita por Xi Jinping em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em 2015, no qual prometeu aumentar a participação chinesa nas OpPaz. Esse aumento seria viabilizado por meio de envio de tropas, de aumento de efetivo de prontidão em condições de ser desdobrado rapidamente para um total de 8.000 militares, e de aumento de auxílio por meio de fundos. A China é, de fato, hoje, o segundo país que mais realiza aporte financeiro, atrás dos EUA²¹(CHINA’S, 2020).

Em setembro de 2000, durante discurso para o CSNU, o presidente chinês Jiang Zemin reforçou o comprometimento do país em decisões do CSNU. com destaque à efetiva participação em OpPaz e, ainda, em questões pertinentes à África. Também sob esse contexto,

²¹ A China contribuiu com aproximadamente 15% do orçamento total para as UNPKOs e os EUA com aproximadamente 27%. (UNITED NATIONS, [s.d.])

em dezembro de 2001, foi estabelecido o *Peacekeeping Affairs Office* subordinado ao *Ministry of National Defense (MND)*. Em fevereiro de 2002, a China implementou procedimentos para certificação de unidades de apoio e, em abril de 2003, deslocou uma unidade de engenharia com 175 militares e mais uma unidade médica com 43 militares para a OpPaz no Congo (CHINA'S, 2020).

É possível, então, que a postura de Pequim diante das OpPaz tenha mudado completamente a partir desses eventos. O desenrolar de todo esse processo, desde 2003, significou o engajamento definitivo e expressivo da China em OpPaz na África, principalmente pelo envio de tropas não combatentes, para a devida participação em atividades de apoio, tal qual será apresentada a seguir.

Em seu documento *China's African Policy*, de janeiro de 2006, na Parte 4 – *Enhancing All-round Cooperation Between China and Africa*- no que diz respeito ao tema *Paz e Segurança*, a China enfatizou apoio à atuação de organizações regionais africanas, dos próprios países e da União Africana (UA), porém incentivou o CSNU a adotar medidas efetivas para resolução de conflitos, além de enfatizar a continuidade da sua participação em OpPaz na África (CHINA'S, 2006).

Ressalte-se que outros temas complementares foram abordados nesse documento, entre eles: o planejamento de visitas de alto nível entre representantes de ambas as partes; a promessa de aumento e equidade na balança comercial assim como o incentivo a empresas estatais²² chinesas a investirem em países africanos; e o incentivo a intercâmbio de estudantes. (CHINA'S, 2006).

Em 2012, no V Fórum para Cooperação entre China e África (FOCAC) a nova política de segurança da China para a África foi anunciada pelo presidente Hu Jintao. A *Parceria Cooperativa entre China-África para Paz e Segurança*²³ (ICACPPS) serviu para

²² *State-owned enterprises* (SOEs, tradução nossa).

²³ *Initiative on China-Africa Cooperative Partnership for Peace and Security* (ICACPPS, tradução nossa).

mostrar as novas perspectivas de Pequim sobre segurança, na qual assumiu compromisso de maior engajamento em todos os aspectos vinculados à Paz e à Segurança. Anunciou, ainda, nesse sentido, aporte de mais investimentos em fundos a fim de ampliar a capacidade de segurança da UA e, ainda, diretamente nas OpPaz sob o seu auxílio (ALAO; ALDEN, 2018).

A relação entre China e África nas duas últimas décadas pode ser bem observada por meio das relações comerciais e econômicas que tiveram um aumento expressivo. Paralelamente a esse crescimento, também aumentou o número de militares e unidades chinesas em desdobrados em OpPaz na África, particularmente, desde a primeira tropa que chegou ao Congo, em 2003.

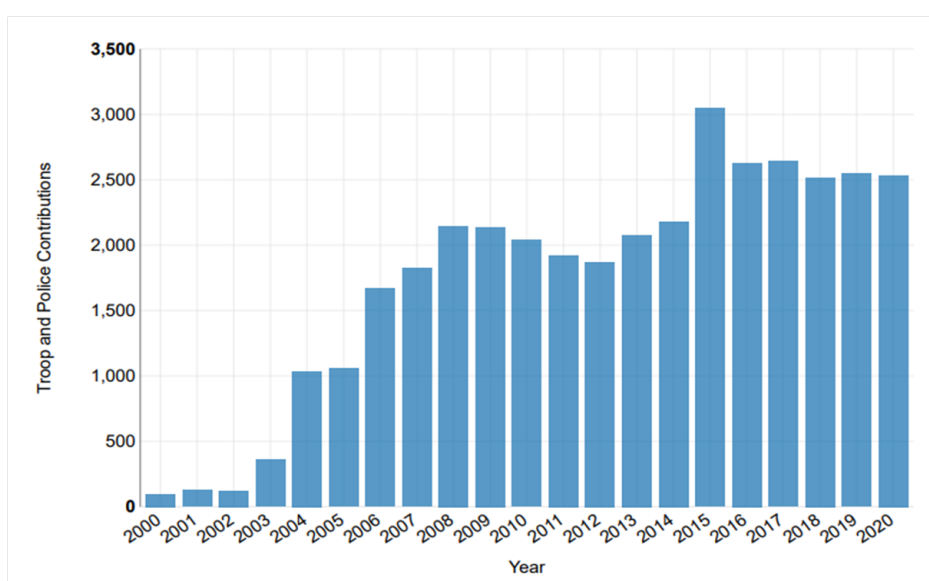


Figura 2 - Contribuição de Tropas da China para ONU, 2000-2020

Fonte: (CHINA'S, 2020).

Percebe-se, portanto, que essa relação de parceria vem se estreitando conforme planejado por Pequim, seja por meio de constantes visitas recíprocas de chefes de Estados, de discursos proferidos por presidentes chineses ou, ainda, por meio de diversos acordos firmados. Assevera-se, assim, a pavimentação de novos rumos nas relações sino-africanas,

responsáveis, assim, por otimizar essa parceria desde então.

3.3 As diferentes formas de participação nas Operações de Paz

Evidencia-se, aqui, a participação dos *peacekeepers* chineses em missões da ONU realizadas no continente africano, com ênfase nos principais assuntos militares e na característica de cada ambiente operacional em que foram desenvolvidas.

Ressalte-se a emissão, em outubro de 2020, do *UN white papers* celebrando os 30 anos da participação dos *peacekeepers* chineses. Esse foi, a propósito, o primeiro documento formal Chinês dedicado exclusivamente às OpPaz. As notas sobre as OpPaz, eram, anteriormente, publicadas na estratégia de segurança nacional da China.

3.3.1 As Tropas de Apoio

As forças militares de apoio ou “facilitadores”²⁴ são fundamentais para o estabelecimento de estruturas vitais de uma OpPaz. São exemplos dessas forças de apoio: unidades médicas, de transporte, de engenharia e de aviação, entre outras. Sem a capacidade logística dessas tropas seria inviável a manutenção de efetivo de pessoal necessário à realização de missão multidimensional.

O envio inicial de tropas não combatentes por Pequim, portanto, foi a forma encontrada para aumentar a participação como *troops contribute country* (TCC) e, ao mesmo tempo, demonstrar adequação ao *princípio da não intervenção*.

²⁴ *Force enablers* (tradução nossa).

As unidades de apoio chinesas enviadas às OpPaz estão concentradas em quatro segmentos: engenharia, transporte, medicina e aviação. Foram deslocadas, ao todo, 111 unidades de engenharia, chegando a mais de 25 mil militares em oito missões, seis delas na África (CHINA'S, 2020).

As principais tarefas realizadas foram a construção e a reabilitação de estradas e pontes, recuperação de aeroportos, montagem de casas pré-fabricadas e instalação de defesas em perímetros de bases civis e militares (CHINA'S, 2020).

Exatamente 27 unidades de transporte, com mais de cinco mil militares no total, atuaram na Libéria e no Sudão, realizando transporte de materiais e equipamentos. Outras 85 unidades médicas prestaram atendimento aos *peacekeepers*, a enfermos e feridos de populações locais em seis missões realizadas, das quais, cinco delas localizadas na África.

A primeira unidade de aviação foi desdobrada, em setembro de 2017, na UNAMID, sendo um esquadrão de helicópteros multipropósito. imbuído de tarefas de apoio operacional, transporte de tropa, busca e salvamento, evacuações médicas e apoio logístico (CHINA'S, 2020).

Destaque-se, ainda em 2017, que a China estabeleceu sua primeira base militar, externa, localizada na região estratégica do chifre da África, em Djibouti, na entrada do canal de Suez e junto ao Golfo de Aden. Essa base pode contribuir, adicionalmente, em eventual evacuação de nacionais chineses, assim como apoiar indiretamente às OpPaz na África (GOWAN, 2020).

3.3.2 As Tropas de Combate

As tropas de combate são normalmente constituídas por unidades de infantaria com apoio de blindados. Suas tarefas podem variar de acordo com o mandato de cada OpPaz.

Nas missões tradicionais, entretanto, a tarefa principal é assegurar e monitorar a zona desmilitarizada²⁵, área estabelecida entre os beligerantes, na qual o confronto entre as partes ou ataque a qualquer população civil é expressamente proibido.

Nas missões multidimensionais as principais tarefas das tropas de combate são: realizar patrulhas, estabelecer postos de observação e *checkpoints*²⁶, realizar comboios e escoltas. Todas essas tarefas devem ser realizadas em proveito da missão com o objetivo de manter ambiente *seguro e estável* para a atuação de agências civis e ONGs (UNITED NATIONS, 2012a, 2012b).

A China, em junho de 2013, enviou, pela primeira vez, uma unidade de combate à OpPaz no Mali (MINUSMA). Essa unidade deveria, por sua vez, desempenhar ações além daquelas inerentes à proteção das próprias tropas chinesas. A China, de fato, já havia enviado um pelotão de infantaria, em 2012, ao Sudão do Sul, e, em 2015, deslocou um batalhão, porém devidamente destinado à proteção de unidades não combatentes chinesas. O ex-presidente Hu Jintao, no fim do mandato, já havia sinalizado uma possível flexibilidade no princípio de não intervenção (DUGGAN, 2018).

Segundo Chun (2018), a China não está devidamente preparada para participar em assuntos de Paz e Segurança, pois não reúne capacidade para contribuir significante com tropas de combate em OpPaz. Em 2009, foi criado o primeiro centro de treinamento com o intuito de melhorar a preparação de tropas, entretanto a quantidade de unidades de combate chinesas desdobradas ainda é pequena em comparação a unidades de apoio (CHUN, 2018).

Essas tropas de combate, a propósito, chamadas de *force protection*, representaram um salto operacional aos chineses, que não detinham experiência operacional em região de combate desde 1979, quando atuaram na fronteira com o Vietnã, e foram

²⁵ *Buffer zone* (tradução nossa).

²⁶ Checkpoint (CP) é uma posição mobiliada e estabelecida em uma rota para observar, verificar, inspecionar e revistar pessoal ou veículos, prevenir o tráfico de mulheres e meninas e o controle do movimento de entrada e saída da área designada (UNITED NATIONS, 2012).

derrotados por forças de Hanoi (ALDEN; YIXIAO, 2018).

Em 2021, ao desdobrar uma pequena tropa de combate, e anteriormente, em 2013, uma unidade de segurança para o Mali, a China não apenas deu passo importante para a sua atuação nas OpPaz, como, ainda, sinalizou a preocupação de Pequim em relação à atuação da OTAN na Líbia, em 2011. Esse assunto será devidamente detalhado no próximo capítulo.

3.3.3 As missões individuais e os cargos-chave na ONU

Segundo o livro branco, até agosto de 2020, por treze vezes, militares chineses assumiram posições principais em missões como *force commander*, *deputy force commander*, *sector commander* e *deputy sector commander*. Em 2007, o major-general Zhao Jingmin foi nomeado *Force Commander* na OpPaz realizada no Saara Ocidental. Constituiu-se no primeiro militar a assumir posição de comando sênior. Em agosto de 2020, 84 militares profissionais chineses estavam desdobrados em tarefas diversas como a de observadores militares e de oficiais de estado maior ou *staff officers* (CHINA'S, 2020).

Uma das prioridades da China, portanto, é assegurar indicações para posições de comando sênior em missões da ONU, sejam em funções para militares ou para cargos políticos relacionados às OpPaz (GOWAN, 2020).

Os líderes chineses, até aqui, já comandaram agências da ONU importantes, por exemplo, a direção da organização da ONU para agricultura e alimentação (FAO). A China, no entanto, não havia conseguido obter posições de comando em funções mais expressivas, por exemplo, SRSG ou *force commander* de alguma OpPaz mais preponderante até 2020 (GOWAN, 2020).

Em 2019, o diplomata Huang Xia²⁷ foi nomeado Enviado Especial para a Região dos Grandes Lagos²⁸, na Nigéria, em uma missão política relevante, porém sem a participação de tropas desdobradas. Essa indicação será mais bem explorada no próximo capítulo em consequência da reação dos EUA (GOWAN, 2020).

Em maio de 2020, um veterano chinês em OpPaz com experiência prévia no Líbano, Afeganistão e Sudão foi indicado para ser o *Deputy* SRSG na OpPaz realizada no Sudão do Sul (UNIMISS)²⁹. Observa-se que a China prioriza atenção especial a funções e a cargos estratégicos por meio da realização de intercâmbios e capacitação de pessoal para que seja possível assumirem essas posições.

3.3.4 Os investimentos em fundos

Criou-se, com intuito de aumentar esforços pela paz e avançar na cooperação multilateral, o Fundo para Paz e Desenvolvimento China-ONU. Entre 2016 e 2019, esse fundo financiou 52 projetos de paz e segurança, no valor total de 33,62 milhões de dólares, nos quais 23 desses projetos estiveram destinados diretamente à OpPaz, no valor de 10 milhões de dólares (CHINA'S, 2020).

Destaque-se que, entre os objetivos principais desses fundos, figurava a melhoria de planejamentos para OpPaz e de qualidade de vida em regiões como o Sudão e o Mali. Esse fundo também foi anunciado pelo presidente Xi Jinping e denotava mais um esforço de Pequim em contribuir para demarcar mandatos de missões na África (CHINA'S, 2020).

²⁷Huang Xia, que tem mais de 30 anos de experiência diplomática, serviu como embaixador de Pequim no Níger, Senegal e República do Congo nos últimos anos - numa época em que os países fecharam grandes investimentos e acordos de infraestrutura com a China. (GRAMER; LYNCH, 2019).

²⁸ Região estratégica e central da economia dos países da África Ocidental.

²⁹ United Nations Mission in South Sudan (UNIMISS).

Com a criação do ICACPPS, anunciado durante o V FOCAC em 2012, a China comprometeu-se em realizar investimentos na área de segurança. Uma das propostas era a criação de uma força de prontidão africana (ASF)³⁰, com o intuito de aumentar a parceria no segmento de segurança. Essa força de prontidão (ASF) seria diretamente subordinada à UA e a ideia de Pequim é que essa organização regional seja capaz de lidar com questões de segurança no continente alicerçado nas próprias unidades militares. Pequim, dessa forma, participaria ativamente com forças militares, por meio de treinamentos e manobras militares em conjunto (UKEJE; TARIKU, 2018).

Verificou-se, então, que os investimentos financeiros chineses em fundos da ONU foram realizados de forma diversificada de modo a ampliar a atuação de Pequim. Inicialmente foram feitos aportes destinados a projetos de recuperação e agências de apoio da ONU, como o Programa de Mundial de Alimento (WFP)³¹, voltado a segmentos estruturais por meio de promoção de desenvolvimento.

Houve investimentos, ainda, em segmentos de planejamento da ONU e em OpPaz na África. A partir de 2012, entretanto, com a ideia de estabelecer força de prontidão africana ASF, que seria treinada pelos capacetes azuis chineses, Pequim demonstrou interesse em conduzir o processo de paz ativamente.

Depreende-se, assim, que a China mudou a relação com as OpPaz gradativamente. Inicialmente, no período após a última fase da Guerra Civil (1945-1949), a China adotou uma política de não intervenção, principalmente em nome da preocupação com um possível interesse das potências hegemônicas EUA e ex-URSS. A China, na década de 1970, no entanto, após a abertura econômica e uma série de modernizações, criou condições para, mais tarde, na década de 1990, portanto, buscar novos mercados no continente africano.

Nos anos 2000, com o aumento exponencial nas relações sino-africanas,

³⁰ African Standby Forces. (ASF)

³¹ World Food Program (tradução nossa).

principalmente econômicas, temas como segurança e estabilidade ganharam prevalência de modo a contribuir com o desenvolvimento interno. Adicionalmente, entre outras, a China aumentou a influência na África por meio das OpPaz, O objetivo era contribuir “in loco” em desafios inerentes à segurança, em troca de algumas contrapartidas, tais quais o ganho operacional da tropa e o aumento de consciência situacional acerca de diversas questões, que serão analisadas no próximo capítulo, com destaque ao Sudão, a Mali e ao interesse da China por cargos relevantes na ONU.

4 A CHINA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NA ÁFRICA

Neste capítulo será feita uma análise sobre o aumento de tropas chinês nas OpPaz da ONU no continente africano, particularmente no período de 2003 a 2020. Para isso, será analisado o contexto prévio que levou ao grande engajamento da China, em particular, nas missões no Sudão e Sudão do Sul culminando com um emprego mais amplo das tropas de combate no Sudão, a partir de 2015.

Posteriormente será analisada a presença dos *peacekeepers* chineses no Mali, iniciada em 2013, após os ataques de tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia, em 2012, sua correlação com a questão étnica e, também, uma análise sobre as disputas dos chineses por cargos de liderança na ONU.

Por fim, serão feitas conclusões parciais evidenciando os principais interesses da China em cada um dos momentos distintos e uma comparação com os princípios da paz apresentados por Galtung, na segunda metade do século XX.

4.1 Os Interesses Econômicos no Sudão

Em 1995, quando as petrolíferas chinesas iniciaram atividades no Sudão, a relação com o país era predominantemente econômica. A importância política daquela região para a China, entretanto, assumiu, aos poucos, proporções cada vez maiores em consequência de disputas internas que tornaram a questão da segurança tema de preocupação principal para Pequim (LARGE, 2018).

O sucesso obtido por companhias chinesas propiciou desenvolvimento na indústria de exportação do petróleo no Sudão. Esse resultado intensificou as disputas já

existentes entre Norte e Sul e contribuiu tanto para a futura divisão do país, que ocorreu em 2012, quanto para o surgimento de um novo conflito na região de Darfur (LARGE, 2018).

A partir do final de 2005, os políticos chineses perceberam que a situação no Sudão poderia impactar em todo o cenário político do sistema internacional. Essa percepção ficou evidente à medida que o conflito em Darfur e a estreita relação entre Pequim e Cartum começaram a interferir em interesses dos EUA (BARBER, 2018a, 2018b).

Essa tensão, por sua vez, foi confirmada por meio de um discurso político do vice-secretário de estado dos EUA ao enfatizar a relação de Pequim com “regimes párias”, a exemplo do Sudão, e exortar que a China se tornasse um ator responsável “*responsible stakeholder*” no sistema internacional (BARBER, 2018a, 2018b).

Entre 2005 e 2011, a China ratificou interesse pela manutenção da unidade no Sudão, principalmente por intermédio do Acordo Abrangente de Paz (AAP)³², assinado em 2005. Esse apoio foi elaborado após uma reunião do PCC, em razão do alerta para que a China agisse com responsabilidade. Houve debate político mais amplo em Pequim, que, por sua vez, consagrou o termo “desenvolvimento pacífico”³³ como forma de ressaltar as intenções pacíficas de Pequim em meio ao sistema internacional (BARBER, 2018a, 2018b).

Em, 2011, após a divisão do Sudão, a China continuou apoiar as OpPaz naquela região. A partir de 2013, no entanto, constituiu um pelotão de infantaria e, em 2015, organizou Batalhão de Infantaria na UNIMISS. Após essas iniciativas, porém, surgiu o debate internacional sobre o possível interesse da China em proteger investimentos no Sudão e Sudão do Sul, sob o amparo da ONU (BARBER, 2018a, 2018b).

Verifica-se que os interesse da China em relação à região, em que hoje existem

³² A Independência do Sudão do Sul é decorrência do Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005, entre o Norte e Sul do Sudão, o qual pôs fim a quatro décadas de guerra civil entre as duas regiões do país. (BRASIL, 2011).

³³ Peaceful development (tradução nossa).

três OpPaz, exatamente no Sudão do Sul, em Abyie e em Darfur)³⁴, iniciou-se por questões econômicas. Ao perceber a imagem do país, entretanto, associada ao aumento da violência que já existia, Pequim enxergou nas OpPaz uma forma de melhorar a reputação do país diante do sistema internacional.

Ressalte-se que a postura pacífica adotada pelo estado chinês diante da África foi deveras enfatizada por meio do slogan “desenvolvimento pacífico”, que segundo a teoria de Galtung seria uma das formas de combater a violência indireta ao melhorar a estrutura local, por meio do reparo em estradas, entre outras atividades realizadas por tropas chinesas.

Percebe-se, assim, que o interesse de Pequim em participar de OpPaz na África foi potencializado pela repercussão da crise no Sudão, a partir de 2005, e teve como bandeira o desenvolvimento pacífico, caracterizado, a partir de 2006, por participações de suas tropas em apoio à ONU.

4.2 A questão étnica no Mali

Em 1991, o regime militar chega ao fim no Mali. No início dos anos 2000, por sua vez, a reconstrução do processo democrático na região constituiu-se um dos raros exemplos na África Ocidental. Registrava-se, na região norte, entretanto, a presença de um grupo rebelde da etnia “tuaregue”, que se opunha e manifestava repúdio ao governo de Bamako, localizado no sul. (FESSY, 2012).

O problema aumentou quando centenas de insurgentes líbios, que segundo fontes oficiais do governo do Mali obtiveram apoio da OTAN para derrubar o ex-líder da Líbia, Muammar Kadafi, em 2012, retornaram às bases, localizadas na região norte, fortemente

³⁴UNIMISS, missão da ONU em Abyie (UNISFA) e missão da híbrida da ONU e união africana em Darfur (UNAMID).

armados, e concentraram fundamentalistas islâmicos juntos aos rebeldes tuaregues (FESSY, 2012).

Os rebeldes tuaregues, dessa forma, tornaram-se aliados de fundamentalistas islâmicos e aproveitaram a influência e a retomada de poder bélico para exigir a independência da região norte e, nessa situação, segundo governantes locais, apenas uma intervenção militar externa seria capaz de conter esse movimento (FESSY, 2012).

Segundo Yun Sun, após a intervenção francesa no Mali (Operação Serval),³⁵ em janeiro de 2013, com autorização do CSNU, o governo chinês estava atento a um possível excesso de emprego da força pelos franceses, tal qual havia acontecido na Líbia, em 2012,³⁶ com as tropas da OTAN. De acordo com a China, quem deveria liderar as ações para conter os insurgentes seriam os organismos regionais africanos, que também dispunham de autorização do CSNU (DUGGAN, 2018).

Pequim, nesse sentido, acreditava na hipótese de que o ex-presidente francês François Hollande denotava interesse em melhorar a popularidade em consequência do baixo desempenho da economia em seu país. A questão principal para a China, entretanto, foi a causa do “combate ao terrorismo”, que respaldou a intervenção estrangeira em conflito armado interno em um país soberano, que poderia abrir precedente para essas ações em outros países no futuro, inclusive em seu território, na região autônoma de Xinjiang, onde habitam os uigures³⁷ (DUGGAN, 2018).

Em maio de 2013, em paralelo à Operação Serval, teve início a MINUSMA, que contou com a participação de tropas chinesas, denominadas por Pequim como forças de

³⁵ Operação *Serval* iniciou-se em 2013 e terminou em julho de 2014 sendo substituída pela Operação *Bamake*.

³⁶ Os ataques da OTAN na Líbia foram considerados excessivos com relação ao mandato da ONU que previa apenas intervenção aérea. Foram reportadas destruições de fábricas chinesas e milhares de chineses tiveram que ser evacuados. Nota do Autor.

³⁷ “A China considera os separatistas em seu território como terroristas que precisam ser contidos com medidas severas” (GINKEL, 2015, tradução nossa).

segurança abrangentes³⁸ (CSF), que somaram 395 militares, entre tropas de combate e de apoio. A composição mista e a diversidade de tarefas dessas unidades militares chinesas demonstrou a iniciativa da China em contribuir mais efetivamente para a construção da paz (DUGGAN, 2018).

Ressalte-se que a China não acreditava na hipótese de que os franceses realizariam a transição da sua missão para as lideranças africanas. Existia, adicionalmente, a percepção, dos próprios militares chineses, de que não se tratava apenas de mais uma OpPaz, pois estavam convictos de que a China deveria exercer o seu papel global como uma grande potência responsável que se constitui (DUGGAN, 2018).

Segundo a liderança política do Mali, a inexistência de infraestrutura de transporte³⁹, principalmente na região norte, era vista como motivo principal do problema. Tanto os rebeldes como o próprio governo do Mali comungavam a mesma percepção sobre a impossibilidade de deslocar rapidamente o seu exército para conter as eventuais rebeliões na região norte. (DUGGAN, 2018).

As tropas chinesas (CSF), assim, ao participarem da recuperação da infraestrutura de transporte, bem como na resolução de outras questões como a segurança alimentar e o abastecimento de água, procuraram se comprometer com causas estruturais que impulsionavam o conflito em forma de violência indireta.

A região, a propósito do combate ao terrorismo e ao extremismo, consolida-se terreno apropriado à atuação desses grupos devido às instabilidades político-econômicas. Esse foi um dos fatores que levaram a China a enviar pela primeira vez uma tropa de combate para atuar como interposição entre forças hostis, ou seja, em violência direta. O interesse maior da

³⁸ Comprehensive Security Forces (tradução nossa).

³⁹ Esta situação precária de infraestrutura é uma das causas principais dos conflitos. Na República centro-africana (RCA) é uma demanda recorrente dos grupos armados rebeldes, pois limita a chegada do abastecimento logístico e, conseqüentemente, do progresso. Somada às questões étnicas e religiosas esses temas estão sempre na pauta de disputas políticas. Nota do autor, que foi “*military staff officer*” por um ano, em 2019, na República Centroafricana (MINUSCA).

China, entretanto, concentrava-se em lições aprendidas sobre o modo de lidar com os movimentos separatistas em seu próprio país (GINKEL, 2015).

Constatou-se, nesta seção, que o interesse da China, em 2013, pela situação de instabilidade registrado no Mali, iniciou-se a partir da Operação Serval, conduzida pela França. Havia, ali, uma preocupação por parte de Pequim, a respeito de um possível excesso injustificado, tal qual ocorreu, em 2012, na Líbia. Essa situação, pois, obrigou a evacuação de milhares de trabalhadores chineses. Essa suspeita levou, pela primeira vez, ao desdobramento de tropas de combate pela China.

4.3 Cargos-chave na ONU e a contribuição financeira

Embora a China seja atualmente o maior TCC dentre os membros permanentes do CSNU, e o segundo maior contribuinte financeiro, com mais de 15% do orçamento para as OpPaz, em 2019, conforme mencionado anteriormente, o país vem trabalhando para ocupar posições de destaques que tanto almeja no sistema ONU (GOWAN, 2020).

As autoridades chinesas, por sua vez, contestam a pressão exercida pelos EUA e por outras potências do ocidente sobre as indicações de representantes da China para que assumam posições-chave no sistema ONU. Os EUA e seus aliados temem que os chineses priorizem apenas interesses próprios, permanecendo, portanto, com o lobby para manutenção das suas posições seniores na ONU (GOWAN, 2020).

Os diplomatas chineses, entretanto, reconhecem que dispõem de poucos candidatos à altura de requisitos previstos para o exercício dessas funções, tais quais experiência em mediações e gerenciamento de crises. Nos últimos anos, então, Pequim vem buscando experiência por meio de colaboração de especialistas e veteranos da ONU, que são

convidados para assessorar na capacitação de pessoal para esses cargos (GOWAN, 2020).

Ressalte-se, a propósito, que uma das formas mais eficazes para que diplomatas chineses obtivessem experiência foi viabilizada por meio de atividades inerentes às próprias OpPaz, com a participação de maiores contingentes civis. Esses diplomatas têm participado das atividades de *peacebuilding* e *peacemaking* no nível político. Em 2008, por exemplo, durante um conflito, quando os chineses agiram, de maneira bem-sucedida, para o encerramento de hostilidades entre o Congo e Ruanda. Outros representantes chineses, desde então, conduzem mediações vitoriosas nas regiões de Darfur e em questões sudanesas (XUEJUN, 2018).

Os chineses questionam o modelo de OpPaz atual por dar ênfase a valores ocidentais e, principalmente, em relação a questões como os direitos humanos (DH), conforme exigências feitas por Pequim para retirada das divisões de DH de algumas OpPaz, devidamente destacado no capítulo anterior.

Segundo Xuejun (2018), existe diferença na política de segurança da China para a África, orientada pelo desenvolvimento, e a política ocidental guiada pelo conceito da paz liberal, como é possível perceber a seguir:

“As operações de manutenção e consolidação da paz no continente africano, que permanecem dominadas pelos conceitos de paz liberais ocidentais, deram apenas uma contribuição limitada para a resolução do conflito na África, a China não se envolverá simplesmente e cegamente nesses tipos de operações de paz internacionais, que priorizam o projeto liberal, mas continuam a se concentrar no papel dos projetos de desenvolvimento econômico e social na indústria de manutenção e construção da paz” (XUEJUN, 2018, p 79, tradução nossa, texto original em inglês).⁴⁰

⁴⁰ No original: “On the contrary, since peacekeeping and peacebuilding operations on the African continent, which remain dominated by Western liberal peace concepts, have made only a limited contribution to conflict resolution in Africa, China will not simply and blindly engage in those kinds of international peace operations, which prioritize the liberal project, but continue to focus on the role of economic and social development projects in the peacekeeping and peacebuilding industry”

De acordo com Gramer; Lynch (2019), Nikki Halley, a então embaixadora dos EUA na ONU, ainda tentou agir nos bastidores, sem sucesso, para evitar a nomeação do diplomata chinês Huang Xia, na região dos Grandes Lagos⁴¹, Nigéria. Os EUA não aprovavam um experiente diplomata chinês, que já havia sido embaixador no Niger, Senegal e na RDC, países no qual a China desenvolve vários projetos de infraestrutura, e que poderia usar sua vasta experiência na região para melhor articular os interesses da China (GRAMER; LYNCH, 2019).

Ainda segundo Gramer; Lynch (2019), a nomeação de Huang representou uma vitória diplomática chinesa e mais um indício de perda de influência dos EUA em indicações para os cargos relevantes na ONU. Essa situação já havia acontecido, em 2018, quando o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, indicou a ex-presidente do Chile, Michelle Bachellet, para o cargo de representante do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH)⁴² contra a vontade dos EUA (GRAMER; LYNCH, 2019).

Diante disso, ainda na administração de Donald Trump, os EUA mudaram a abordagem para as organizações multilaterais. Agiram assim quando anunciavam a ausência em vários acordos, como o do Clima de Paris, e reduziram, ainda, o financiamento à ONU.

Em resposta, o Secretário Geral da ONU, António Guterres, alertou que quando um país decide não estar presente, referindo-se às grandes potências globais como EUA e China, algum outro certamente ocupará o espaço deixado (GRAMER; LYNCH, 2019).

Indicou-se, portanto, devido a essa mudança na estratégia adotada pelos EUA, uma experiente diretora de assuntos multilaterais, com a tarefa específica de analisar a influência da China na ONU e em outras organizações internacionais (GRAMER; LYNCH, 2019).

Segundo Mike Pompeo, secretário de estado dos EUA, a China estaria se

⁴¹ A região dos Grandes Lagos, na Nigéria, é uma das regiões mais ricas em recursos naturais e politicamente instáveis no continente africano (GRAMER; LYNCH, 2019). (Conforme exposto na seção do capítulo 3).

⁴² Office of High Commissioner for Human Rights (OHCHR).

favorecendo do “*soft power*” por meio da ONU para promover a política externa do *Belt and Road Initiative*⁴³. Acadêmicos norte-americanos, por sua vez, acreditam que a presença de mais diplomatas chineses na ONU poderia ser benéfica para os interesses dos EUA. Para eles, é melhor que a presença de militares chineses na África esteja sob os auspícios da ONU (GRAMER; LYNCH, 2019).

Sob o ponto de vista de líderes africanos, entretanto, representantes da região que abriga mais de 60% dos países com investimentos *do BRI*⁴⁴, existe a percepção positiva em relação a essa disposição chinesa em investir, ainda assim discordam que seja apenas uma questão relacionada ao “*soft power*” de Pequim. Os contratos de financiamentos não são abertos e estão longe dos padrões ocidentais de crédito. Com isso, nada impede que Pequim implante seu “*hard power*” em algumas regiões de interesse, em consequência da sua “*diplomacia da armadilha da dívida*”⁴⁵ (BROADMAN, 2021).

Depreende-se, portanto, que os interesses da China nas OpPaz ultrapassem o ganho operacional às suas tropas. Eles objetivam, de fato, a proteção de interesses econômicos próprios voltados a recursos naturais, ganhos comerciais por meio da expansão do mercado de produtos e de oportunidades a trabalhadores chineses, e a intenção política e estratégica em ocupar papel relevante à altura de uma potência global.

4.4 As relações da China com os conflitos na África

Foi realizada análise específica acerca de três situações distintas, na qual houve a

⁴³Belt and Road Initiative (BRI) é uma política externa adotada pela China que relembra a antiga rota da seda, ao criar um enlace de infraestrutura conectando a Ásia aos diversos territórios em todo mundo.

⁴⁴ Na África, 36 dos 54 países possuem investimentos do BRI. Dentre os maiores estão a República do Congo (\$7,3bilhões) e o Sudão (\$6,4 bilhões), onde existem contingentes chineses nas OpPaz (BROADMAN, 2021).

⁴⁵ Quando um país credor pode usar esse endividamento com o intuito de obter bens estratégicos, como portos, ou influência política. Os países devedores frequentemente não têm saída e são forçados a cumprir (ESTUDO..., 2018).

possibilidade de comparar a maneira pela qual cada uma dessas situações apresentam similaridades, ou não, com os conceitos de paz de Galtung, assim como foi possível identificar os diferentes interesses da China em cada situação específica.

No Sudão, o aumento em efetivos chineses durante OpPaz ocorreu segundo os preceitos do desenvolvimento pacífico adotados por Pequim. Os chineses, inicialmente, dispunham de conhecimento acerca das causas da violência que assolavam o Sudão, consequência de uma guerra civil iniciada há mais de quatro décadas, porém evitaram interferir no conflito em respeito ao princípio da não intervenção.

Após o desenvolvimento econômico, no entanto, alcançado por meio da exploração de recursos naturais por companhias chinesas, e de uma séria acusação feita pelos EUA de que os chineses foram responsáveis pelo acirramento das diferenças entre norte e sul, Pequim decidiu mudar a abordagem para o conflito.

A China, assim, desde 2005, optou por aumentar o emprego de tropas de apoio à ONU. Agiu assim para melhorar a imagem perante o sistema internacional. A partir de 2012, por sua vez, foram desdobradas tropas de combate, porém com emprego destinado à proteção dos próprios interesses chineses⁴⁶ e não com o intuito de conter a violência direta, tal qual Galtung conceituara como paz negativa. Ao priorizarem as atividades de construção, no entanto, as tropas agiram em causas estruturais do problema, ou seja, contribuíram para viabilizar a paz positiva.

Em 2005, Pequim, ao tentar intermediar a crise por meio do acordo de paz (AAP), demonstrou preocupar-se com as causas do conflito por meio do instrumento *peacemaking* (resolução de conflito), abordado por Galtung (1976), com ênfase na prevenção do conflito.

Percebe-se, então, que ao atuar na base da pirâmide descrita por Galtung, na qual um vértice estaria relacionado à questão estrutural da violência e o outro conectado à questão

⁴⁶ Após os ataques da OTAN em 2012 a China percebeu a incapacidade de proteger seus interesses na Líbia, pois precisou evacuar milhares de seus trabalhadores e cancelar diversos projetos de investimentos (Nota do autor).

cultural como forma de evitar a violência direta, houve, sim, aderência ao referencial teórico proposto.

No Mali, desde 2000, a situação de segurança interna mostrava sinais de degradação. Prova disso, pois, eram as rebeliões ocorridas na região norte do país, onde havia concentração de povos nômades tuaregues, que demandavam por melhores condições de infraestrutura.

Diferentemente do que ocorreu no Sudão, no entanto, onde a questão econômica foi determinante, o interesse dos chineses voltou-se para a questão da intervenção de potências ocidentais em um Estado soberano sob a alegação de combate ao terrorismo. A China também queria verificar formas para lidar com a questão dos separatistas tuaregues, que poderiam e deveriam ser aplicadas na região autônoma de Xinjiang, com os separatistas uígures (GINKEL, 2015).

Verificou-se, por sua vez, a respeito da possibilidade de engajamento de tropas de apoio chinesas no Sudão, notadamente em atividades de reconstrução de infraestrutura, ou seja, na violência indireta, que ainda existe descontentamento da população local com a MINUSMA. Destaque-se, então, que essas ações de combate à violência nas causas do problema costumam, majoritariamente, obter resultados em longo prazo. O ambiente de desconfianças decorre, quase sempre, por haver pouco engajamento da tropa com a sociedade, pela barreira do idioma e em razão de diferenças de hábitos e costumes.

Essas observações permitem depreender, então, que embora as tropas chinesas tenham desdobrado forças para intervir em casos de violência direta e em atividades de construção da paz, contra a violência indireta, ou ainda estrutural, segundo Galtung, elas não foram suficientes para estabelecer paz positiva na região, ou seja, restabelecer condições ideais que promovessem ambiente receptivo e à altura de potenciais inerentes a especificidades e objetivos da população.

Essa situação pode ser explicada por outros interesses da China, uma vez que demonstraram estar mais preocupados com a intervenção francesa ou com as medidas de contenção adotadas contra os movimentos separatistas. Entende-se, então, que as tropas no Mali aderiram parcialmente ao modelo de Galtung, pois faltou o engajamento no segmento cultural de modo a contemplar ações em todas as causas da violência.

Identificou-se, a respeito de cargos de interesse e contribuição financeira, que a China aumenta cada vez mais a participação na ONU. Sua estratégia é ocupar as funções principais com a alocação de diplomatas e militares como forma de equilibrar a disputa de poder e de influência perante os ideais ocidentais da ONU para a África. Uma questão importante são os direitos humanos, pois se verifica que a China possui ressalvas quanto ao emprego desse direito de forma deliberada em todas as OpPaz.

Implementou-se, em 2008, por sua vez, após os estudos para reavaliar atividades em missões multidimensionais, cada vez mais complexas, a Doutrina *Capstone* que consolidou todo o aprendizado sobre as OpPaz. A doutrina contemplou temas sobre direitos humanos, devidamente estabelecidos como tarefas transversais de *peacebuilding* e que, por isso, deveriam estar presentes em todos os mandatos.

Paralelamente, no entanto, uma das formas adotadas pelos chineses de obter mais experiência nas OpPaz, exigência inarredável para ocupar cargos mais importantes, foi por meio da participação em atividades em nível político. Ao contribuírem para mediações e acordos, por exemplo, nas regiões de Darfur, Sudão e Congo, obtiveram aderência aos respectivos instrumentos para promoção da paz, *peacebuilding* e *peacemaking*, introduzidos por Galtung (1976).

As atuações dos chineses, portanto, notadamente aquelas em níveis operacionais destinados a resolução de conflitos, por exemplo, em tropas de apoio, estabelecem, sim, aderência com as causas de conflitos defendidas por Galtung.

Verificou-se, também, que tanto as potências ocidentais com inexpressiva participação de tropas em OpPaz, quanto os chineses que contribuem com a atuação de apoio à ONU em algumas regiões, com o nítido objetivo de preservar interesses, constituem-se exemplos da violência cultural demonstrada por Galtung (1990), uma vez que almejam influenciar determinada população a fim de exercer controle sobre ela.

A disputa entre as potências ocidentais e a China, entretanto, por influência na ONU, com intenção de prescrever valores e costumes liberais que deveriam ser adotados em esforços de reconstrução de países africanos, revelam uma forma de violência cultural, que, por sua vez, é mais difícil de ser percebida.

A China, a esse propósito, acusa as potências ocidentais, EUA e França, principalmente, de ingerência em questões de segurança que demandam solução africana para os problemas da África, como já mencionada na criação de Forças de Segurança Africana (ASF). Os EUA, por seu turno, acusam a China de provocar dívidas em países africanos, à custa da implantação de diversos projetos, de forma que essas nações não consigam honrar esses débitos e, em consequência, cedam à vontade dos chineses durante votações de organismos multilaterais.

A participação, portanto, de tropas chinesas em OpPaz na África nas últimas duas décadas aderiu parcialmente aos conceitos teóricos de Galtung. Uma vez que em níveis mais relevantes, o real interesse da China ficou evidente por estar presente em regiões nas quais existam ativos ou alguma forma de angariar benefícios. Assuma-se, a propósito, que qualquer estado com pretensões hegemônicas, provavelmente, adotaria a mesma postura da China ao estreitar laços econômicos e militares com outros países a fim de expandir o desenvolvimento.

Destaque-se, aqui, a importância para o Brasil advinda desses movimentos políticos entre EUA e China, e, ainda, as disputas por cargos relevantes em organismos

multilaterais, como forma de aumentar a influência no continente africano, região permeada por recursos e interesses estratégicos⁴⁷. No que diz respeito à sua expressão militar do poder nacional⁴⁸, um eventual envio de tropas brasileiras reiteraria para elevar a consciência acerca da situação nessa região, e, assim, possibilitaria a manutenção de ganhos operacionais e estratégicos em OpPaz, tal qual registrados no Haiti e no Líbano, e que possibilitaram indicações para cargos militares estratégicos, tais quais o de comandante da Força-Tarefa Marítima no Líbano e o de *Force Commander* no Congo.

⁴⁷ Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, [2020]).

⁴⁸ PODER NACIONAL - É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica. (BRASIL, 2020, *ibidem*).

5 CONCLUSÃO

O propósito desta pesquisa foi evidenciar e analisar o aumento da participação de tropas chinesas em OpPaz na África, de 2003 a 2020, utilizando como embasamento teórico os conceitos de paz desenvolvidos por Johan Galtung. O estudo delimitou a análise de modo a compreender os interesses denotados pela China em atuar nas OpPaz, principalmente no continente africano e, desta forma, responder à pergunta-chave da pesquisa ao identificar esses interesses.

A pesquisa, a fim de atingir os objetivos propostos, foi estruturada em cinco capítulos. O primeiro constituiu-se em breve introdução e outros três destinados ao desenvolvimento. No segundo capítulo, portanto, foram apresentados fatos históricos antecedentes ao surgimento das OpPaz, com destaque ao período que ocorreu, entre o término da IIGM e o fim da Guerra Fria, em 1989, e um segundo período que se iniciou na década de 1990. Apresentou-se, em seguida, no mesmo capítulo, os conceitos teóricos para construção da paz defendidos por Galtung, de modo a verificar existência de aderência dessa situação, precisamente no período de 2003 a 2020.

Analisou-se, no terceiro capítulo, os principais antecedentes históricos da China, até chegar à participação do país em OpPaz, como estratégia para alcançar seus interesses. Em um período inicial, durante as décadas de 1950 e 1960, a China se manteve afastada da ONU. Observou-se a aproximação dos EUA com a China no início da década de 1970. Condição que, em 1971, por sua vez, ratificou a China como membro permanente do CSNU, em substituição a Taiwan, quando então a China começou a atuar de forma preponderante na ONU.

Constatou-se, na década de 1990, a baixa adesão de tropas chinesas em OpPaz, porém por motivos econômicos e políticos, que foram evidenciados por diversos acordos

econômicos bilaterais entre China e África, e a uma pressão política internacional para a China tornar-se um “ator responsável”, conduziram a um engajamento com tropas de apoio, nas OpPaz a partir de 2003.

Analisou-se, no quarto e último capítulo, a especificidade das operações de paz no Sudão e no Mali, pois ambas apresentaram características distintas em relação aos interesses de Pequim. Paralelamente, a propósito, ocorreram disputas por cargos-chave na ONU, que também retrataram a guerra de bastidores por influência no sistema internacional.

Identificou-se, então, a existência de diferenças entre as OpPaz no Sudão e no Mali. Verificou-se que no Sudão a missão foi justificada com base na percepção de que o progresso econômico levado à região por empresas petrolíferas estatais chinesas, nos anos 1990, contribuiu para fomentar disputas internas entre grupos dominantes locais e, com isso, potencializou a guerra civil que já durava quatro décadas. Essa situação, por sua vez, provocou pressão internacional para que a China atuasse de uma forma mais responsável no cenário internacional. Os chineses decidiram, então, se engajar em OpPaz na região.

No Mali, os interesses de Pequim priorizavam conter a intervenção francesa, com a prerrogativa de combater grupos extremistas islâmicos, assim como compreender de que forma poderiam lidar com aquela situação muito similar ao que poderia acontecer em seu próprio território. Uma vez que os chineses consideram os separatistas uigures como terroristas. O país, para isso, desdobrou, pela primeira vez, tropas de combate, com características de intervir no combate.

Em relação às disputas por cargos-chave na ONU, verificou-se que existe uma demanda cada vez maior por Pequim dos mesmos. Por essa razão o seu pessoal, cada vez mais, recebe capacitação e busca experiência “em campo”, sejam militares ou diplomatas. Observou-se, ainda, a perda de influência dos EUA em indicações para esses cargos, além de diminuição do interesse em participar em organismos multilaterais, entre eles a ONU,

constatado pela redução em investimentos.

Percebeu-se, além disso, que os conceitos de Galtung (1969) permanecem válidos para as causas da violência direta (pessoal) e da violência indireta (estrutural), em busca da paz negativa e da paz positiva, respectivamente. Não permanecem válidos, entretanto, para a questão da violência cultural, como afirma Galtung (1990), sendo na maioria das vezes, de difícil percepção. Verificou-se, que no sistema internacional existe a tendência de potências hegemônicas optarem por impor os próprios ideais como valores que deverão ser seguidos.

Evidenciou-se, no caso da África, por meio do que Galtung (1990) chamou de ciência empírica, na qual o Estado, detentor dos meios de produção, no caso a China, explora os recursos naturais dos Estados sem recursos tecnológicos, sendo esta um tipo de violência cultural.

Conclui-se, portanto, que sempre existirão disputas por influência, que são inerentes aos seres humanos, e que o conceito de violência cultural apresentado por Galtung (1990), pode ser compreendido como um lado da moeda, ou seja, dependerá sempre de quem ocupa o poder. Dessa forma, o enfoque ocidental nas questões relativas aos direitos humanos para construção da paz diverge da ideia principal do desenvolvimento pacífico Chinês, na qual o progresso econômico proporciona a paz.

Portanto, além dos ganhos operacionais para suas tropas, da proteção dos seus investimentos na África, de maior influência nos organismos multilaterais e de como lidar com as questões dos separatistas, o grande interesse chinês é por uma mudança cultural internacional, com seus valores sendo disseminados.

Atualmente, vive-se um período marcado por instabilidades, no qual o surgimento da China como nova potência hegemônica, pode impactar em uma nova ordem mundial multipolar, e, conseqüentemente, com menor influência das potências ocidentais.

A depender das direções advindas nas disputas pelo poder no xadrez internacional,

a geopolítica das operações de paz tende a aumentar ou diminuir de importância, tal qual aconteceu até o fim da Guerra Fria, período de menor prestígio à ONU.

Os ensinamentos desta pesquisa feita por meio da comparação dos objetos apresentados servem para constatar que se deve compreender bem a história dos principais acontecimentos, assim como a cultura, valores e crenças dos povos, em busca de oportunidades nos cenários vindouros. Por esse motivo, faz-se necessário ao Brasil o acompanhamento destes movimentos e, para isso, possuir cada vez mais pessoal diretamente envolvido com o tema das OpPaz, seja pelas carreiras diplomáticas ou através de militares em posições-chaves na ONU, que demandarão um preparo e experiência prévia no terreno, assim como o desdobramento de tropas como suporte a tais indicações.

REFERÊNCIAS

ALAO, Abiodun; ALDEN, Chris. Africa's security challenges and China's evolving approach to Africa's peace and security architecture. *In: ALDEN, Chris. et al (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent.** Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Part I, Cap. 2, p. 13-38.*

ALDEN, Chris *et al.* **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent.** Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. 403 p.

ALDEN, Chris; BARBER, Laura. Introduction: seeking security: China's expanding involvement in security cooperation. *In: ALDEN, Chris. et al (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent.** Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. p. 1-10.*

ALDEN, Chris; YIXIAO, Zheng. China's changing role in peace and security in Africa. *In: ALDEN, Chris. et al (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent.** Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 3, p. 53-66.*

BARBER, Laura. Lesson learning in the case of China-Sudan and South Sudan relations (2005–2013). *In: ALDEN, Chris. et al (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent.** Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018a. Cap. 10, p. 179-208.*

BARNO, David W. Fighting "the other war": counterinsurgency strategy in Afghanistan, 2003-2005. **Military Review**, p. 32-44, Sep./Oct. 2007. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20071031_art006.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA 305: doutrina militar naval – DMN.** Brasília, DF: EMA, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01: glossário das Forças Armadas.** 5. ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em 01 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF: MD, [2020]. 79 p. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Independência do Sudão do Sul**. Brasília, DF: MRE, 9 jul. 2011. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2673-independencia-do-sudao-do-sul>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BROADMAN, Harry G. **To the left, to the right**: Africa's debt dance with China in creating the Belt Road Initiative. **The Africa Report**, United Kingdom, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.theafricareport.com/81857/africas-debt-dance-with-china-in-creating-the-belt-road-initiative/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BYMAN, Daniel. **Al Qaeda, the Islamic State, and the global Jihadist Movement**: what everyone needs to know. New York, NY: Oxford University Press, 2015. 284 p.

EXPLORE all contries – Afghanistan : South Asia. **The World Factbook**. Washington, DC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/nigeria/#people-and-society>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CHINA's African policy. *In*: ministry of foreign affairs, the people's republic of China. 20 Sept. 2006. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zgdfzcc/t481748.htm>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CHINA'S Armed Forces: 30 years of UN peacekeeping operations. **English.gov.cn.**, China, 18 Sept. 2020. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white-paper/202009/18/content_WS5f6449a8c6d0f7257693c323.html. Acesso em: 06 jun. 2021.

CHUN, Zhang. China-Africa cooperative partnership for peace and security. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa**: building peace and security cooperation on the continent. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 7, p. 123-144.

CHUN, Zhang; ALDEN, Chris. Conclusion: China and African security: a glimpse into the future. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa**: building peace and security cooperation on the continent. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 18, p. 355-370.

DEXIANG, Jin. Política externa da China para a Ásia-Pacífico. **Indicadores Econômicos FEE**. Rio Grande do Sul, v. 23, n. 4, 1996. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/download/1021/1331>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DICIONÁRIO Extraviz: uma explosão de luz no universo da língua. Disponível em: <https://extraviz.org/tuaregue>. Acesso em: 24 jul. 2021.

DUGGAN, Niall. China's new intervention policy: China's peacekeeping mission to Mali. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 10, p. 209-223.

ESTUDO da Harvard adverte sobre perigosa 'diplomacia da armadilha da dívida'. **ShareAmerica**, EUA, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://share.america.gov/pt-br/estudo-da-harvard-adverte-sobre-perigosa-diplomacia-da-armadilha-da-divida/>. Acesso em 16 mai. 2021.

FAGANELLO, Priscila L. F. **Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília, DF: FUNAG, 2013. (Coleção Relações Internacionais; 678). *E-book* (372 p.) Disponível em: <https://www.funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em 23 jul. 2021.

FESSY, Thomas. Gaddafi's influence in Malis cup. **BBC News**, [S. l.], mar. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-17481114>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, Thousand Oaks, Califórnia, v. 27, n. 3, p. 291-305, Aug. 1990. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GALTUNG, Johan. Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding. **Impact of Science on Society**, [S. l.], n. 25, p. 282-304, 1976. Disponível em: https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2016/06/galtung_1976_three_approaches_to_peace.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

GALTUNG, Johan. Violence, eace and peace Research. **Journal of Peace Research**, Thousand Oaks, Califórnia, v. 6, n. 3, p. 167-191, Aug. 1969. Disponível em: https://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Galtung_Violence,%20Peace,%20and%20Peace%20Research.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

GALULA, David. **Counterinsurgency warfare: theory and practice**. New York: Praeger Publishers, 1964. 118 p.

GINKEL, Bibi Van; PUTTEN, Frans-Paul van der. China's role in peacekeeping and counter terrorism in Mali. **Clingendael**, 30 apr. 2015. Disponível em:

<https://www.clingendael.org/event/chinas-role-peacekeeping-and-counter-terrorism-mali>. Acesso em 09 jul. 2021.

GOWAN, Richard. China's pragmatic approach to UN peacekeeping. **Brookings**, [S. l.], September, 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/chinas-pragmatic-approach-to-un-peacekeeping/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

GRAMER, Robbie; LYNCH, Colum. Haley tried to block appointment of chinese diplomat to Key U.N. post. He got the job anyway: as the United States pulls back from the world body, experts say it is ceding influence to China. **Foreign Policy**, Washington, DC, February, 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/02/14/united-nations-china-xia-huang-influence-africa-great-lakes-diplomacy-nikki-haley-united-states-international-organizations/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

HAMMES, Thomas X. **The sling and the stone: on war in the 21st century**. St. Paul, MN: Zenith Press, 2006. 336 p.

JUNBO, Jian. China in international conflict management. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Part II: Case Studies, Cap. 8, p. 147-161.

LARGE, Daniel. Sudan and South Sudan: a testing ground for Beijing's peace and security engagement. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 9, p. 163-178.

LEI, XUE. China's Development-oriented peacekeeping strategy in Africa. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 5, p. 83-100.

MARIANI, Bernardo; KIRKHAM, Elizabeth. China, Africa and the arms trade treaty. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 17, p. 333-354.

MARSTON, Daniel; MALKASIAN, Carter (ed.). **Counterinsurgency in modern warfare**. New York: Osprey, 2008. 304 p.

MOUMOUNI, Guillaume. China and Liberia: Engagement in a Post-Conflict Country (2003–2013). *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 10, p. 225-251.

NAÇÕES UNIDAS. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. **Darfur: duas**

décadas de sofrimento. New York: U.N., [s.d.]. Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-duas-decadas-de-sofrimento/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. **Direitos humanos**. New York: U.N., [s.d.]. Disponível em: <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NATIONAL COMMISSION ON TERRORIST ATTACKS UPON THE UNITED STATES. **The 9/11 commission report**. [2001]. Disponível em: <https://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PALHARES, Marcelo Fadori Soares., SCHWARTZ, Gisela Maria. A violência. *In*: PALHARES, Marcelo Fadori Soares., SCHWARTZ, Gisela Maria. **Não é só a torcida organizada**: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol? [*online*]. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 11-26. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8zmft/pdf/palhares-9788579837425-02.pdf>. Acesso em 10 ago. 2021.

PEI, Zhao; DUANYONG, Wang. Security risks facing chinese actors in sub-saharan Africa: the case of the democratic republic of Congo. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa**: building peace and security cooperation on the continent. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 13, p. 253-265.

PEOPLE'S Liberation Army: Chinese army. **Encyclopaedia Britannica**, [*s.l.*], 6 out. 2017. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Peoples-Liberation-Army-Chinese-army>. Acesso em: 11 aug. 2021.

PLESSIS, Rudolf Du. Comparing China's approach to security in the Shanghai Cooperation Organization and in Africa: shifting approaches, practices and motivations *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa**: building peace and security cooperation on the continent. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 16, p. 311-331.

PRIMAVERA árabe: o que aconteceu com o Oriente Médio? **Politize!** Dezembro, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/primavera-arabe/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

PROXY WAR. *In*: **CAMBRIDGE Dictionary**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/proxy-war>. Acesso em: 03 jun. 2021.

RAM, Sunil. **The history of United Nations peacekeeping operations during the cold war: 1945 to 1987**. 2. nd Williamsburg, VA, USA: Peace Operations Training Institute, 2008.

RETHINKING China's non intervention policy examining China's stance in global governance and possible policy reforms. **Synergy – The Journal of Contemporary Asian Studies**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://utsynergyjournal.org/2016/09/17/rethinking-chinas-non-intervention-policy-examining-chinas-stance-in-global-governance-and-possible-policy-reforms/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

THE STATE COUNCIL. The People's Republic of China. CHINA'S Armed Forces: 30 years of UN peacekeeping operations. **ENGLISH.GOV. CN**. September, 2020. 24 p. Disponível em: englisg.www.gov.cn/archive/whitepaper/202009/18/contentWS5f6449a8c6d0f7257693c323.html. Acesso em: 06 jun. 2021.

TESFAYE, Aaron. Ethiopia, China, and the West. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Part III: Regional and Global Perspectives, Cap. 14, p. 269-287.

TSÉ-TUNG, Mao; ZEDONG, Mao. **On guerrilla warfare**. Translated and introduction by: Samuel B. Griffith. Baltimore. Maryland: Nautical & Aviation Pub. Co. of America, 1992. 160 p.

UNITED Nations. Peace, dignity and equality on a healthy planet. Disponível em: www.un.org. Acesso em: 11 ago. 2021.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations and statute of the international court of justice**. San Francisco, 1945. 54 p.

UNITED NATIONS. **General assembly approves nearly \$8 billion for 15 peacekeeping missions in 2016/2017**. New York: U.N., 17 jun. 2016. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2016/ga11794.doc.htm>. Acesso em 20 jul. 2021.

UNITED NATIONS. **How we are funded**. New York: U.N., [s.d.]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded>. Acesso em: 21 jun. 2021.

UNITED NATIONS. **Infantry battalian manual: volume 1**. New York: Department of Peacekeeping Operations, August, 2012a. 190 p. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping/en/UNIBAM.Vol.I.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

UNITED NATIONS. **Infantry battalian manual: volume 2**. New York: Department of Peacekeeping Operations, August, 2012b. 336 p. Disponível em: [https:// biblioteca.f59.com.br/documentos/UN%20Infantry%20Battalion%20Manual%20Vol%20II.pdf](https://biblioteca.f59.com.br/documentos/UN%20Infantry%20Battalion%20Manual%20Vol%20II.pdf). Acesso em: 18 jun. 2021.

UNITED NATIONS. **Maintain internaional peace and security**. [S. l.: s. n.], 1945.

Disponível em: <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>. Acesso em: 04 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Meetings Coverage and Press Releases. **General assembly, acting on budget committee reports, approves some \$1.67 billion in resources for un peacekeeping.** New York: U.N., 15 jun. 2000. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2000/20000615.ga9726.doc.html>. Acesso em 10 ago. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping. **Minurso fact sheet.** April, 1991. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minurso>. Acesso em: 05 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping. **Troop and police contributors.** 2021a. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em: 10 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping. **UNISFA fact sheet.** June, 2021b. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/unisfa>. Acesso em: 05 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping. **Were we operate?** New York: U.N., [s.d.]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>. Acesso em: 25 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping Resource Hurb. **Core pre-deployment training materials:** modulo 1. 2017a. Disponível em: <https://research.un.org/revisecptm2017/Module1>. Acesso em: 04 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping Resource Hurb. **Core pre-deployment training Materials:** modulo 2. 2017b. Disponível em: <https://research.un.org/revisecptm2017/Module2>. Acesso em: 05 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping Resource Operations. **Principles and Guidelines.** 2008. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/CapstoneDoctrineENG.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1386.** 20 dec. 2001. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Afgh%20SRES1386.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1510.** 13 oct. 2003. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Afgh%20SRES1510.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

UNITED NATIONS. **UN Peacebuilding: an orientation**. September, 2010. 31 p. Disponível em: https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/peacebuilding_orientation.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

UKEJE, Charles;TARIKU, Yonas. Beyond symbolism: China and the African union in African peace and security. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap.15, p. 289-309.

UNITED STATES. CONGRESS. HOUSE. **Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008**. Washington, D.C.: U.S. Government, 18 Dec. 2011. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.

UNITED STATES. Government Accountability Office. **Afghanistan reconstruction: despite some progress, deteriorating security and other obstacles continue to threaten achievement of U.S. goals**. Washington, D.C.: GAO, 28 jul. 2005. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/250/247264.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010. 152 p.

WATSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES. **Update on the human costs of war for Afghanistan and Pakistan, 2001 to mid 2016**. Aug. 2016. Disponível em: https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2016/War%20in%20Afghanistan%20and%20Pakistan%20UPDATE_FINAL_corrected%20date.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

XUE LEI. China's Development-Oriented Peacekeeping Strategy in Africa. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 5, p. 83-99.

XUEJUN, Wang. Developmental peace: understanding China's Africa policy in peace and security. *In*: ALDEN, Chris. *et al* (ed.). **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 4, p. 67-82.

ZHIXIONG, Shen. On China's military diplomacy in Africa. *In*: ALDEN, Chris *et al*. **China and Africa: building peace and security cooperation on the continent**. Londres, United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 6, p. 101-122.

ANEXO A

NO.	UN PEACEKEEPING MISSIONS	PERIOD OF PARTICIPATION
1	United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO)	April 1990 – present
2	United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission (UNIKOM)	April 1991 – January 2003
3	United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara (MINURSO)	September 1991 – present
4	United Nations Advance Mission in Cambodia (UNAMIC)	December 1991 – March 1992
5	United Nations Transitional Authority in Cambodia (UNTAC)	March 1992 – September 1993
6	United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)	June 1993 – December 1994
7	United Nations Observer Mission in Liberia (UNOMIL)	November 1993 – September 1997
8	United Nations Observer Mission in Sierra Leone (UNOMSIL)	August 1998 – October 1999
9	United Nations Mission in Sierra Leone (UNAMSIL)	October 1999 – December 2005
10	United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea (UNMEE)	October 2000 – August 2008
11	United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC)	April 2001 – June 2010
12	United Nations Mission in Liberia (UNMIL)	October 2003 – December 2017

Tabela 1 - Contribuição com Tropas da China Detalhadas por Missões - Parte 1

Fonte: (CHINA's, 2020).

ANEXO B

NO.	UN PEACEKEEPING MISSIONS	PERIOD OF PARTICIPATION
13	United Nations Operation in Côte d'Ivoire (UNOCI)	April 2004 – February 2017
14	United Nations Operation in Burundi (ONUB)	June 2004 – September 2006
15	United Nations Mission in Sudan (UNMIS)	April 2005 – July 2011
16	United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL)	March 2006 – present
17	United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT)	October 2006 – November 2012
18	African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur (UNAMID)	November 2007 – present
19	United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO)	July 2010 – present
20	United Nations Peacekeeping Force in Cyprus (UNFICYP)	February 2011 – August 2014
21	United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)	July 2011 – present
22	United Nations Organization Interim Security Force for Abyei (UNISFA)	July 2011 – October 2011
23	United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS)	April 2012 – August 2012
24	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali (MINUSMA)	October 2013 – present
25	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA)	January 2020 – present

Tabela 2 - Contribuição com Tropas da China Detalhadas por Missões - Parte 2

Fonte: (CHINA's, 2020).

*China's Armed Forces: 30 Years of UN Peacekeeping Operations, The State Council Information Office of People's Republic of China. Setembro 2020.

ANEXO C

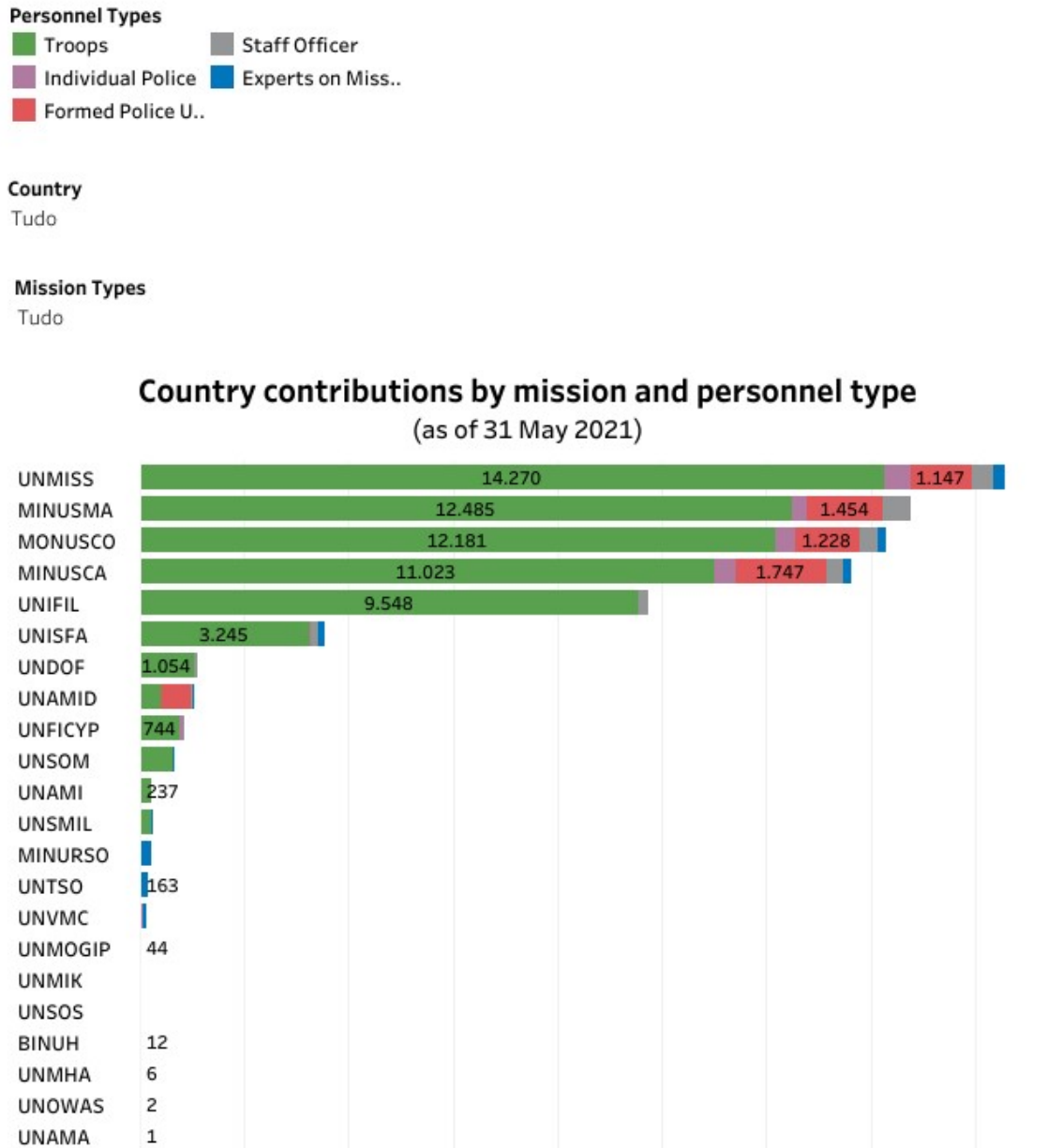


Gráfico 1 - Contribuição com Tropas da ONU Detalhadas por Missões

Fonte: (UNITED NATIONS, 2021).